



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

SAIBA QUEM É O "GRUPO DOS QUATRO" ACUSADO DE DESTRUIR O BPN

Os homens que Oliveira e Costa odeia

■ TEXTO ■ JOÃO CRISTÓVÃO BAPTISTA
E SÓNIA SIMÕES

Foram quatro os accionistas do grupo Sociedade Lusa de Negócios (SLN) que estiveram no centro de toda a ira das palavras proferidas anteontem por Oliveira e Costa perante os deputados da comissão parlamentar que está a investigar as causas que conduziram à nacionalização do BPN, em Novembro do ano passado. Joaquim

Coimbra, Adelino Santos Silva, Almiro Jesus Silva e Fernando Cordeiro foram os principais visados da extensa declaração (de 30 páginas) que o antigo presidente do BPN leu aos deputados. Oliveira e Costa acusou-os de ter um "contrato secreto" para "manipular os factos para impedir a venda da SLN a um grupo de entidades estrangeiras", o que acabou por conduzir à sua saída do banco e à ac-

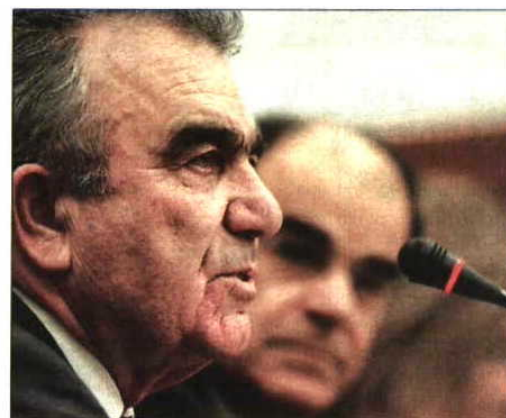
tual situação em que se encontra actualmente a instituição.

De todos, é a Joaquim Coimbra que o fundador do BPN mais responsabilidades imputa na nacionalização do banco e no buraco financeiro encontrado na instituição. Perante os deputados, Oliveira e Costa acusou o antigo proprietário do semanário "Sol" de "por vingança de um negócio falhado" o ter "cozinhado em ba-

O 24horas conta-lhe tudo sobre os quatro accionistas de referência do BPN acusados esta semana no Parlamento por Oliveira e Costa de tentar destruir o banco e correr consigo da instituição



⇒ Joaquim Coimbra



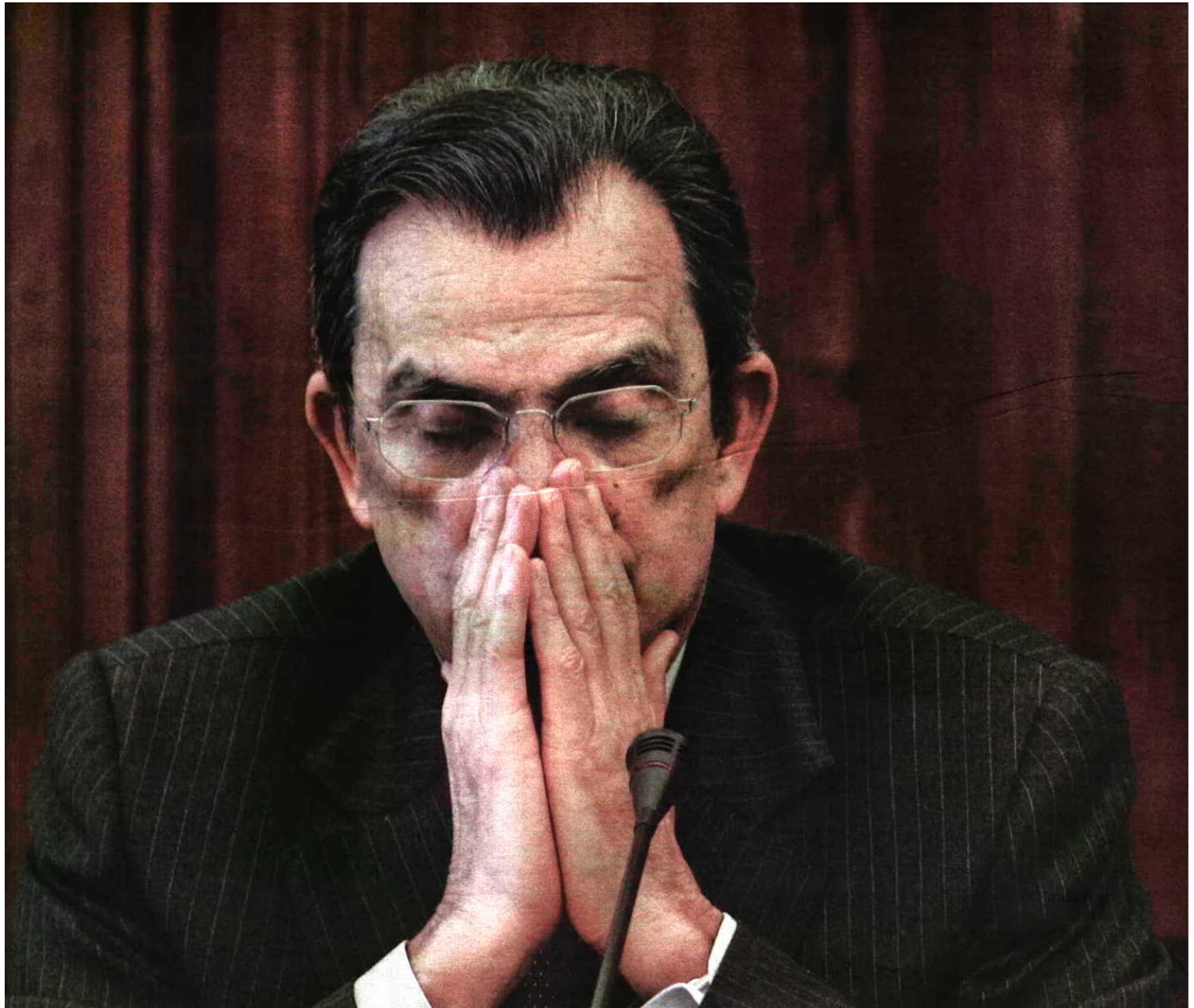
⇒ Almiro Jesus Silva



⇒ Fernando Cordeiro



⇒ Adelino Santos Silva



♦ Oliveira e Costa leu perante os deputados uma declaração de 30 páginas com várias acusações

MARIO CRUZ/LUSA

nho-maria" e de ter iniciado "o desembramento e a destruição da SLN".

Militante do PSD desde os anos 70, Joaquim Coimbra – que detém 10,7 por cento da SLN Valor e 1,9 por cento da SLN – era um dos poucos accionistas de referência do banco cujo nome era já conhecido antes de entrar para o capital do grupo criado por Oliveira e Costa.

Coimbra começou a construir a sua fortuna na indústria farmacêutica. Assim que o dinheiro começou a entrar na sua conta de uma forma sustentada decidiu diversificar os seus investimentos, tendo criado uma extensa rede de empresas que iam da indústria ao turismo passando pela aposta nas energias renováveis. Segundo explicou o empresário de Tondela ao "Expresso", a sua entrada na SLN e, consequentemente, no capital do BPN deu-se devido ao sucesso dos seus investimentos: com par-

ticipações em mais de 70 empresas distribuídas por oito sectores de actividade, Joaquim Coimbra gozava no final da década de 90 de um "excesso de liquidez" pouco comum entre a maior parte dos empresários do nosso país. O dinheiro fresco e a ligação emocional ao PSD aproximaram-no de Oliveira e Costa e daí a passar a accionista de referência do Grupo foi um pulo.

A veia política do empresário de Tondela chegou mesmo a levá-lo a ocupar um cargo de vogal na comissão política social-democrata durante as presidências de Marques Mendes e Luís Filipe Menezes, com quem se incompatibilizou, tendo acabado por deixar a estrutura partidária no ano passado. Contudo, e como é um "homem que se deixa levar pelas ligações emocionais" – como o definem os seus amigos –, Coimbra não foi capaz de virar a cara a Marques Mendes quando este deixou

a vida política e lhe arranjou um emprego nos seus negócios das energias renováveis (biomassa, fotovoltaica e energia eólica).

Das madeiras à banca

Menos mediático, mas tendo um peso semelhante ao de Joaquim

Almiro Jesus Silva era madeireiro em Alvaiázere e Adelino Santos Silva começou a carreira na metalurgia

Coimbra tanto em termos de participação na SLN (com 9,1 por cento da SLN Valor e 3,4 por cento da SLN) como na quantidade de ódio que merece de Oliveira e Costa, é Almiro Jesus Silva.

Aos 67 anos, este empresário natural de Alvaiázere pode ser classificado como um verdadeiro *self-made man*. "Sempre foi um homem de trabalho, começou a vender madeiras e trabalhava de sol a sol", contou ao *24horas* um amigo próximo do dono da construtora Almiro J. Silva, Lda. Segundo esta fonte, "quando viu que o mercado das madeiras já não estava a dar tanto dinheiro, juntou o que tinha arrecadado e mudou-se para Lisboa, onde começou a aprender o negócio da construção", contou, recordando que nos primeiros tempos na capital Almiro se fazia deslocar numa pequena "motoreta".

Terá sido o sucesso obtido com a construção de vários empreendi-



» Dias Loureiro demitiu-se do Conselho de Estado mas continua a clamar total inocência

mentos que despertou o interesse de Oliveira e Costa no empresário, que acabou por ser um dos primeiros a entrar para o capital da SLN.

Quem também cresceu a pulso foi Fernando Cordeiro, o terceiro dos quatro cavaleiros do apocalipse de Oliveira e Costa. Há 28 anos, este empresário da Maia criou, juntamente com a mulher Judite a PiuBelle, uma marca de têxteis para o lar hoje reconhecida internacionalmente e que já mereceu a atenção da imprensa económica internacional especializada. Com o lema de "quem usa um Armani e conduz um Porsche tem de ter material PiuBelle em casa", Fernando Cordeiro viu o negócio crescer a olhos vistos e avançou para a aquisição de 3,5 por cento da SLN Valor e 0,8 por cento da SLN.

O último dos quatro accionistas que Oliveira e Costa acusa de o terem tramado é Adelino Santos Silva, um empresário metalúrgico da zona Norte. Com uma participação de 11 por cento na SLN Valor e 2,4 por cento na SLN, ainda no Verão do ano passado o dono da Metalogalva teve direito a uma série de

Loureiro sai do Conselho

Menos de 24 horas depois de Oliveira e Costa o ter arrasado no Parlamento, Dias Loureiro teve ontem uma reunião com Cavaco Silva em que comunicou ao Presidente da República a sua renúncia ao Conselho de Estado.

"Como não houve nenhum pedido para ser ouvido, comuniquei ao Presidente que me sentia no direito de sair do Conselho e pedir à Procuradoria-Geral da República para ser imediatamente ouvido neste processo", adiantou o ex-administrador da SLN em entrevista à SIC, frisando que a decisão tomada "nada teve que ver" com as acusações feitas por Oliveira e Costa, mas antes pelo facto de se ter "criado a ideia errada de que estava a ser protegido pelo Conselho de Estado".

À SIC, Dias Loureiro reafirmou ainda que sabe que não fez nada de "ilegal" no BPN.



Cadilhe diz que Oliveira e Costa não é Jesus

rasgados elogios por parte de Maria da ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues. Em causa, a atribuição de certificados das Novas Oportunidades a quatro dezenas de funcionários da sua metálgica da Trofa. Um elogio que parece não contar com a simpatia do antigo presidente do BPN, que actualmente se encontra detido preventivamente por suspeitas de burla agravada e branqueamento de capitais durante a sua gestão do banco presidido por Francisco Bandeira.

Acusação devolvida

Face às acusações proferidas por Oliveira e Costa na passada terça-feira na Assembleia da República, um grupo de accionistas

Quem também não tardou em reagir às críticas de Oliveira e Costa foi Miguel Cadilhe. O sucessor do fundador do BPN à frente dos destinos do banco, depois de proposto pelo "grupo dos quatro", que Oliveira e Costa acusou de ter "lavado as mãos como fez Pilatos" garantiu que nunca teve nenhuma proposta efectiva ou credível para compra do grupo e rejeitou as acusações que lhe fez Oliveira e Costa.

"De modo nenhum, em consciência, me sinto Pilatos", disse Cadilhe, aludindo à personagem com quem o antigo presidente do Grupo o comparou, para rematar que "Oliveira e Costa não é Jesus Cristo".

"Houve algumas tentativas de

aproximação fantasiosas, que surgiam sempre em momentos críticos", como véspera de reunião de accionistas, da apresentação do plano de salvamento ou conferências de imprensa, mas "nunca tive nenhuma proposta efectiva ou credível", afirmou Miguel Cadilhe em declarações à agência Lusa.

Em resposta a acusações de que Miguel Cadilhe teria sido o indutor do boicote à negociação da venda ao Grupo Carlyle, Miguel Cadilhe reagiu referindo que "nem do Grupo Carlyle, nem de árabes", advogando que "se tivesse tido alguma proposta tã-la-ia levado aos accionistas".

Sem querer adiantar quem lhe fazia chegar essas "intenções

nebulosas" de negócio, o gestor revelou, contudo, que "não era através de accionistas" e que também a estes chegaram algumas que os próprios concluíram serem "apenas intenções".

Sobre as acusações de ter "trabalhado" a imprensa para conseguir a publicação de notícias negativas", o gestor considerou "medonha" esta acusação. "Disse que encontrei situações que não imaginaria encontrar e mandei parar práticas evasivas, pouco transparentes e irregulares, o que se soube fora do Grupo", mas "longe de mim trabalhar a imprensa contra o Grupo", afirmou o ex-ministro das Finanças de Cavaco Silva.

Fernando Cordeiro criou com a mulher a famosa marca de têxteis para o lar PiuBelle

de referência da SLN – que além do "grupo dos quatro" englobava ainda nomes como Alberto Queiroga Figueiredo, António Cavaco, Avelino Francisco, Manuel Veríssimo e Manuel Neves dos Santos – emitiu ao final da tarde de ontem um comunicado em que acusa o fundador do BPN de ter "mentido" aos deputados.

"O dr. Oliveira Costa omitiu deliberadamente referências substantivas ao período da sua gestão", lia-se no comunicado, que adiantava que "esta omissão deliberada teve como objectivo fugir a explicar as razões da grave degradação da situação do grupo ao longo desses anos, a qual é da sua inteira responsabilidade". Enumerando várias "inverdades" alegadamente proferidas por Oliveira e Costa, o comunicado emitido pelos principais accionistas do banco

agora nacionalizado refere que a mais grave das "mentiras" do fundador do BPN diz respeito à ideia de que o "grupo dos quatro" se terá oposto à venda do banco, com o objectivo de conseguir a sua destruição.

"Estando em causa o seu dinheiro, estes accionistas nunca iriam preferir boas soluções em favor de péssimas medidas", defendem, sublinhando que chegaram a ser assinados acordos de venda "que apenas não foram executados por falta de pagamento dos promitentes-compradores".

Em forma de conclusão, os accionistas colocaram-se à disposição dos deputados da comissão

para garantir a "reposição dos factos", reafirmando ainda "a sua intenção de defender, até às últimas consequências, os interesses da Sociedade e de todos os accionistas, no que se inclui a responsabilização do dr. Oliveira Costa e de quem o tenha acolitado em actos de gestão danosa que conduziram o Grupo SLN à situação em que se encontra".

Como principal visado das graves acusações de Oliveira e Costa, além de subscrever o comunicado dos accionistas, Joaquim Coimbra tomou ainda uma posição pessoal em relação ao assunto e fez questão de telefonar à deputada socialista Maria de Belém

Roseira (presidente da comissão que está a investigar o BPN), para lhe dar conta da sua disponibilidade para voltar à Assembleia da República e responder de novo às questões dos deputados acerca do seu papel no banco.

Estes accionistas ficaram ontem a saber que o Governo não os vai indemnizar pela nacionalização do banco de há seis meses.

A Sociedade Lusa de Negócios (SLN), a antiga dona do BPN, queria receber do Estado, como indemnização decorrente da nacionalização do banco, 403,8 milhões de euros, como revelou recentemente o actual presidente da empresa, Fernando Lima. ▽



♦♦ Miguel Cadilhe jura que nunca fez nada para prejudicar a SLN


ECONOMIA
CASO BPN

«O accionista [Joaquim] Coimbra» liderava «o grupo dos quatro» que impediu a salvação do banco

«A entrada de Miguel Cadilhe custou duas vezes e meia mais do que eu ganhei em 10 anos à frente do grupo»

«O papel de Dias Loureiro no grupo SLN acabou como começou: criando problemas, mas negando sempre estar na sua génese»



São todos ricos e poderosos. Uns caíram em desgraça, outros tentam evitar o precipício. Um a um, os rostos de uma certa elite (política e económica) desfilam, em horas de monólogo, ora evasivo ora intimista, gravado pela câmara fixa de uma sala do Parlamento. O «confessionário» de revelações sobre a fraude do Banco Português de Negócios tem heróis e vilões, pausas cénicas, facadas nas costas, bofetadas, e até interpretações de diálogos.

Como este, que Oliveira e Costa leu, entre si e o conselheiro de Estado Dias Loureiro, no dia em que o presidente do Grupo anunciou ao seu administrador não-executivo que não pretendia renovar-lhe o contrato: «Veja lá como é que me trata. Porque quando me hostilizam eu não sou para brincadeiras.» [Dias Loureiro] «Não percebo o seu tom...» [Oliveira e Costa]

Este foi o tom final da relação entre estes dois velhos amigos, ex-colegas de Governo nas maiorias absolutas do PSD, e dirigentes de um banco privado. Um e outro foram ao Parlamento descrever-se. E o resultado não podia ser mais dissonante. Na versão de Oliveira e Costa, Dias Loureiro não primava pela competência («Tinha uma presença sobranceira e desmotivadora», nas empresas que liderava), usava falsos títulos («em certos círculos terá dito ser presidente do BPN») e revelava vários problemas de personalidade («caiu nas malhas da tropelia do próprio ego» e «há uma problemática do ego que influencia o [seu] comportamento»). Curto e grosso, Oliveira e Costa foi ao Parlamento, desta vez não para invocar o direito ao silêncio, que lhe assiste, enquanto arguido (o único detido preventivamente neste caso). Foi para dizer que Dias Loureiro mentiu. Muitas vezes.

A verdade e a 'problemática do ego'

Dias Loureiro mentiu, ameaçou Oliveira e Costa, foi um gestor incompetente? Nova versão nesta novela a várias vozes

POR PAULO PENA

Para começar, quanto ao episódio da reunião no Banco de Portugal, em que o vice-governador António Marta diz que Loureiro se queixou da constante interferência do regulador na vida interna do BPN. Dias Loureiro contrapôs uma versão oposta: ter-se-ia queixado, sim, mas da gestão pouco transparente de Oliveira e Costa. Agora, é o próprio ex-presidente do grupo que afirma: «A verdade está com o dr. António Marta.»

'UM TAL DE EL-ASSIR'

Outras pequenas falhas de exactidão que Oliveira e Costa colecionou nos dois depoimentos de Dias Loureiro na Comissão Parlamentar de Inquérito são menos graves: «Nunca lhe foi prometido o lugar de vice-presidente», um cargo que, aliás, não estava previsto nos estatutos; «nunca lhe foi oferecida a hipótese de cons-

tituir a sua própria equipa». E outras coisas do género, que desmentem, quase linha por linha, as declarações de Loureiro.

Mais grave é a acusação de que o papel de Loureiro no negócio de Porto Rico pode não ter sido tão secundário assim. Sobre tudo porque Oliveira e Costa garante que foi o conselheiro de Estado que secundou a posição «radical» do seu amigo, «um tal de El-Assir», o libanês que levou Oliveira e Costa a comprar a Biometrics Imageneering e a Nova Tech, em troca da sua colaboração na venda da Redal em Marrocos. Ou seja, aquele negócio que se revelou ruinoso («uma ferida que continuava a sangrar», nas palavras de Oliveira e Costa), foi, nitidamente, uma contrapartida para outro negócio, bastante mais proveitoso para Dias Loureiro.

E é aqui que a história se aproxima de um epílogo: a derradeira mentira de Dias Loureiro, segundo Oliveira e Costa. Afinal, não foram 11 as vezes que o conselheiro de Estado questionou o seu antigo patrão pela ausência das empresas de Porto Rico nas contas. «O mais certo é ele nunca me ter falado do assunto», atira o homem que garante nunca se ter entusiasmado com o negócio das máquinas que iriam substituir os multibancos, mas nunca chegaram a sair de San José, a capital da ilha norte-americana. «Infelizmente, o insucesso da Biometrics revelou-se em poucas semanas.»

O público, esse, espera, com avidez, as cenas dos próximos capítulos. Afinal, esta produção já custou ao Estado 1,8 milhões de euros. ▣

CASO BPN ■ DIAS LOUREIRO DEMITE-SE DO CONSELHO DE ESTADO

Buscas a advogado trazem novos factos

■ Pedido de levantamento de imunidade esperou por saída voluntária do ex-ministro. Ministério Público e juiz de instrução reuniram ontem para reavaliar a situação do conselheiro de Estado

● EDUARDO DÂMASO/SÉRGIO AZENHA

Buscas realizadas há um mês a um escritório de advogados trouxeram factos novos ao inquérito do BPN e abriram pistas sobre a intervenção do ex-ministro do PSD Dias Loureiro nos negócios sob investigação. A equipa do Ministério Público e da PJ, dirigida pessoalmente por Rosário Teixeira, esteve no escritório Baião, Castro & Associados, de onde levou documentação em papel e em suporte digital. Estas informações, articuladas com as declarações de Oliveira e Costa, mostraram indícios sobre Dias Loureiro, em particular sobre o negócio de Porto Rico, que obrigaram a reequacionar os termos em que estava a ser pensada a sua audição no inquérito. Ontem, com a demissão, tudo mudou e, em princípio, estará dispensado o envio do pedido de levantamento da imunidade.

Estas buscas, tal como outras diligências que têm sido desenvolvidas nos últimos tempos, foram feitas com total discrição para não fustigar mais a imagem do BPN. Para já, um dos sócios da Baião, Castro & Associados não faz comentários sobre as buscas ao seu escritório. Certo é que o advogado Felipe Baião do Nascimento, um dos sócios da Baião, Castro & Associados, actuou, em Novembro de 2006, como procurador do Banco Insular na assinatura de um contrato de regularização de dívida com um ex-sócio da Labicer, a cerâmica da zona de Oliveira do Bairro nacionalizada indistinctamente na sequência da intervenção do Estado no BPN. Com este documento constata-se que o Banco Insular já operava em Portugal em 2004, três anos antes de o Banco de Portugal ter detectado a primeira operação da

quele instituição bancária e quatro anos antes de saber que o Banco Insular era detido pelo BPN. A questão está em saber até que ponto Dias Loureiro pode estar ligado a opera-

O Presidente da República anunciou a renúncia de Dias Loureiro

Loureiro, dizendo que este lhe apresentou a sua demissão "para ser ouvido tão rapidamente quanto possível pela Procuradoria-Geral da República". ■



Dias Loureiro à entrada para os estúdios da SIC, acompanhado pelo jornalista José Gomes Ferreira

REACÇÕES

● **RENÚNCIA É TARDIA**
O líder parlamentar do PSD e cabeça-de-lista social-democrata às eleições europeias, Paulo Rangel, considera que "ter-se-ia ganho" se Dias Loureiro tivesse renunciado "mais cedo" ao cargo de conselheiro.

● **PS FAVORÁVEL À SAÍDA**
Para o socialista Ricardo Rodrigues a demissão de Dias Loureiro e a aceitação pelo Presidente "é um acto que responsabiliza os próprios", mas "é correcto que assim tenha acontecido", sublinha.

● **CDS APLAUDE COMISSÃO**
"[Dias Loureiro] fez o que deveria ter feito", afirma Paulo Portas, líder do CDS-PP, realçando o trabalho da comissão "na descoberta a verdade".

● **BE CONCORDA COM SAÍDA**
"Não poderia ser de outra forma, porque a sua manutenção no Conselho de Estado aprisionava o Presidente da República", diz Francisco Louçã, líder do BE.

● **SAÍDA É LÓGICA, DIZ PCP**
O PCP considera que a saída é o "desfecho lógico". "Era um desfecho mais ou menos inevitável", afirmou o secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa.

ções ilegais do Insular, relacionadas com a compra de uma empresa em Porto Rico e também a outras operações apontadas por Oliveira e Costa. Ontem, o Presidente da República falou sobre a demissão de Dias



Rosário Teixeira lidera o caso

Saída elimina imunidade

● A situação de Dias Loureiro vinha a ser acompanhada de perto por Rosário Teixeira e pelo juiz Carlos Alexandre, que ontem reuniram para reavaliar a situação. Os investigadores admitiram que Dias Loureiro pudesse sair por sua iniciativa, o que eliminava a necessidade de enviar o pedido de levantamento da imunidade. A audição de Oliveira e Costa agudizou a questão e estava tudo pronto para avançar, mas a renúncia

de Dias Loureiro veio eliminar a necessidade formal. Mesmo assim, os investigadores esperam a formalização da renúncia e aguardam para ver como se desenrola a questão do anunciado pedido de audiência ao procurador-geral da República. A partir de agora, sem ser conselheiro de Estado, tudo será mais fácil para a investigação: Dias Loureiro pode ser ouvido presencialmente e ser alvo de buscas. ■



▶ CASO BPN ■ DIAS LOUREIRO PEDE PARA SER OUVIDO

“Sei aquilo que fiz e não fiz nada de ilegal”

■ Conselheiro de Estado demissionário recusa falar de Oliveira e Costa e diz-se “tranquilo”

● ANTÓNIO RIBEIRO FERREIRA/
/PEDRO H. GONÇALVES*

Dias Loureiro, ex-ministro da Administração Interna e conselheiro de Estado demissionário, garantiu que “não fez nada de ilegal” e que já pediu ao procurador-geral da República para ser ouvido no processo BPN.

O antigo governante chegou aos estúdios da SIC, em Carnaxide, quinze minutos antes do início do ‘Jornal da Noite’, no seu Jaguar azul guiado pelo motorista e sentado no banco de trás. À espera, estava o jornalista José Gomes Ferreira e alguns fotógrafos. E só lá estavam porque foi preciso negociar a sua presença à entrada da SIC. Os outros jornalistas esperavam calmamente no bar, de modo a serem evitadas perguntas incómodas a Dias Loureiro.

“Sou a pessoa mais interessada em ser ouvido”, garantiu Dias Loureiro já no noticiário. Para o ex-ministro, a demissão serve para combater “a ideia paulatina de que o Conselho de Estado me estava a proteger”.

Reiterando sempre que não deu entrada em Belém “nenhum pedido para ser ouvido”, Dias Loureiro entende que, “depois de sete meses a ler críticas nos jornais, notícias, umas mais falsas do que outras, achava-me no direito de pedir ao senhor procurador-geral para ser ouvido”. Sobre as acusações de responsáveis do BPN/SLN, principalmente Oliveira e Costa, que lhe apontam culpas na situação de degradação financeira do grupo, Dias Loureiro não hesitou: “Sei aquilo que fiz e não



Dias Loureiro não queria ser fotografado na SIC e, depois da curta entrevista de sete minutos, evitou as objectivas e saiu maquilhado

Cavaco diz que Loureiro quer ser ouvido rapidamente

fiz nada de ilegal”.

“Há três semanas que várias pessoas me pediam para confirmar se tinha sido levantada a minha imunidade. Ouvi, ouvi, ouvi e da minha parte há todo o interesse [em ser ouvido], mas que saiba ainda não há nenhum pedido”, frisou Dias Loureiro que reuniu ontem com o Presidente da República para confirmar que Belém não tinha recebido qualquer pedido de inquirição.

O conselheiro demissionário recusou sempre comentar as palavras de Oliveira e Costa, que, quando foi ouvido na Comissão de Inquérito, referiu que Dias Loureiro “tinha problemas de ego”, negando toda a versão apresentada pelo ex-ministro da reunião no Banco de Portugal. “Há aqui uma problemática do ego que influencia o comportamento das pessoas, e em particular desta”, afirmou Oliveira e Costa aos deputados descrevendo as

atitudes do ex-conselheiro de Estado.

Num pequeno desabafo, o ex-líder do BPN/SLN admitiu mesmo: “Se não fosse o raio da Biometrics hoje não estaríamos aqui”.

Na entrevista, Dias Loureiro apenas recusou que as palavras de Oliveira e Costa tenham sido um “assassinato de carácter político”, dizendo que “as pessoas julgarão aquilo que quiserem”. “Quem me conhece sabe que eu não sou aquela pessoa.”

Sobre o facto de a demissão surgir um dia depois das declarações de Oliveira e Costa, o conselheiro demissionário rejeitou qualquer ligação: “Foi o timing que escolhi. Estou de consciência tranquila.”

O Presidente da República, Cavaco Silva, confirmou a saída de Dias Loureiro, adiantando que o conselheiro se demitiu para ser ouvido “tão rapidamente quanto possível pela Procuradoria”. ■ **COM.D.R.**



“Sei aquilo que fiz e não fiz nada de ilegal.”

“Estava a passar a ideia paulatina de que o Conselho de Estado me estava a proteger.”

“Sobre o que Oliveira Costa disse não vou dizer uma palavra.”

“Não houve nenhum pedido no Conselho de Estado para ser ouvido.”

“Eu não tenho nada que temer, não estou acusado de nada.”



Há dias sim, há dias não

ANTÓNIO RIBEIRO FERREIRA
JORNALISTA

Sinceramente não se percebe o que foi fazer Manuel Dias Loureiro à SIC, no dia em que anunciou a sua demissão do Conselho de Estado. O ar descontraído e bem-disposto que revelou à chegada a Carnaxide era, afinal, apenas isso: ar. Porque quando Rodrigo Guedes de Carvalho começou a entrevista, confrontando-o com o "assassinato de carácter" que Oliveira e Costa lhe tinha feito na véspera no Parlamento, Dias Loureiro avisou logo, com ar crispado, que não ia comentar as declarações do seu ex-patrão no BPN e na SLN. Ora, afinal, o que disse o ex-conselheiro de Estado aos portugueses no intervalo da final da Liga dos Campeões? Nada. Pior ainda. Os argumentos que o levaram a recusar a demissão nos últimos sete meses são exactamente os mesmos que usou ontem à noite para justificar a sua demissão. É mau demais para ser verdade. E depois ainda teve tempo para se mostrar muito chocado com a manchete do CM em que se noticiava o facto de estar sob investigação do Ministério Público. Esfarrapado argumento para um homem que nestes sete meses ouviu muitos conselheiros de Estado e dirigentes do seu próprio partido pedirem a sua demissão para evitar embaraços ao Presidente da República. Rodrigo Guedes de Carvalho, afinal, até teve razão quando disse que Dias Loureiro se tinha demitido do Conselho de Estado. Porque o que se passou ontem é mais digno da bola do que da política.

✚ PORMENORES

SEM INDEMNIZAÇÃO
O Ministério das Finanças revelou ontem que não vai indemnizar o anterior accionista do BPN, a Sociedade Lusa de Negócios, pela nacionalização do banco de há seis meses.

CONSTÂNCIO OUVIDO
O governador do Banco de Portugal (BdP) é ouvido na Comissão de Inquérito ao caso BPN no dia 8 de Junho. PS e PSD rejeitaram apresentação de queixa contra o BdP ao Ministério Público.

ACCIONISTAS DESMENTEM
Os accionistas da SLN acusam Oliveira e Costa de ter mentido na comissão, defendem Joaquim Coimbra e dizem que o grupo não foi vendido por falta de pagamento dos interessados.

Franco acusa Oliveira e Costa

O ex-director de Operações do BPN, acusou ontem Oliveira e Costa de mentir sobre as operações financeiras do Banco Insular (BI). António Franco garante que todas as operações foram realizadas com instruções de Oliveira e Costa.

Franco garante também que Oliveira e Costa não foi sujeito a nenhuma coacção, como disse no Parlamento: "Ele recusou-se a assinar o termo de responsabilidade." ■ ASA



António Franco, ex-gestor do BPN

Banqueiro quis manter sigilo

Oliveira e Costa chegou a firmar um acordo confidencial com a Carlyle, a 4 de Dezembro de 2009, onde foi assumido o interesse na compra da SLN. No documento a que o CM teve acesso, o banqueiro obriga numa das cláusulas o potencial investidor a "não contactar com nenhuns accionistas", sublinhando que todos os pedidos de informações "devem ser endereçados directamente ao presidente". ■ D.R.

"Ensaaiaram o negócio"

Oliveira e Costa, ex-presidente do BPN/SLN, acredita que a contratação de Alejandro Agag, genro do antigo primeiro-ministro espanhol José Maria Aznar, foi um negócio encenado que não trouxe mais-valias ao grupo.

"Havia a possibilidade de fazer alguns negócios com Espanha e foi-me dito que era interessante [contratá-lo]. Mas eu suponho que ensaiaram o negócio" afirmou o banqueiro à Comissão de Inquérito Parlamentar ao caso BPN.

Fonte conhecedora do processo garantiu ao CM que "foi Dias Loureiro que sugeriu o nome dele [Agag] para trabalhar na SLN", apesar de desconhecer quais os trabalhos apresentados pelo genro de Aznar. Ao Parlamento, Oliveira e Costa assumiu que "a mais-valia da contratação [de Agag] não foi nenhuma", apesar de a SLN ter investido no arrendamento de um escritório em Madrid sem que tivesse obtido frutos desses gastos. "Ficou lá o escritório e ainda pagámos o es-



Oliveira e Costa não revelou quanto foi pago ao genro de Aznar

"Andaram a sacar dinheiro para aí"

Oliveira e Costa

critório mais uns tempos, mas aquilo não foi de facto no enquadramento de uma estratégia, ponto final", rematou o banqueiro aos deputados.

Confrontado por Nuno Melo, do CDS-PP, com a existência de um e-mail de Abdool Vakil, sucessor do banqueiro na presidência, que dá conta do pedido de pagamento de

uma remuneração pelo negócio de Porto Rico, Oliveira e Costa afirmou desconhecer tal envolvimento. "É mais uma coisa para averiguar, andaram a sacar dinheiro para aí", respondeu.

Ao CM, fonte próxima conhecedora adiantou que "a colaboração de Agag começou depois do processo" de Porto Rico. O valor pago a Agag é ainda desconhecido. ■ D.R.

“Ao fim de sete meses de mentiras acho-me no direito de ser ouvido.”



DA VIDA REAL

A Comissão

Paula Teixeira da Cruz
Advogada

A actuação da Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BPN é, a todos os títulos, digna de elogio público. Num País atávico, a Comissão foi pró-activa; num País de improvisos, fez o seu trabalho de casa, preparou-se; num País em que qualquer dificuldade justifica um adiamento, superou os muitos que lhe surgiram, incluindo a falta de cooperação da supervisão. Esta Comissão Parlamentar restituiu aos olhos do cidadão um pouco da confiança de que a Assembleia da República é deficitária e isto num momento em que as Instituições em geral parecem derrocar e as referências se esfumam umas atrás das outras (com poucas excepções, que também as há). Vivemos tempos em que nenhuma ordem normativa parece valer para muitos que foram chamados a grandes responsabilidades.

Ao contrário, o papel desempenhado pelo Banco de Portugal não deixa de ser profundamente lamentável: das sempre optimistas mas erradas previsões económicas, ao falhanço enquanto instituição de supervisão, até à recusa de cooperação devida à Assembleia da República (ao recusar-se a facultar documentação à Comissão de Inquérito).

É evidente que algo de muito errado se está a passar com o Banco de Portugal, nas

grandes como nas pequenas coisas: não são só as previsões económicas, nem o brutal falhanço na supervisão – e o BPN está longe de ser o único caso, como é público –, há ainda a muito desastrosa tentativa de aumento das remunerações dos seus órgãos dirigentes e aqui, com franqueza, não havia mesmo necessidade. Mas ninguém se incomoda ou parece incomodado, muito menos os próprios.

Também a contrastar com a profícua Comissão, o Governo intervém na campanha eleitoral, com discursos absurdos, com graças, mais virado para minudências que até podem valer bons minutos mediáticos, mas a que reagimos todos com um olímpico virar de costas. Como pode um Ministro perder tempo com ironias sobre quem perde aviões ou fica a ver navios? Interessa a alguém? Serve para quê, este

tipo de ditos? Para aumentar a descrença nas Instituições, o que não ajuda nada. Os tempos não estão para graças nem ninguém as entende em momentos em que as dificuldades crescem. Isto apesar de tímidos anúncios de retomas que sempre serão efémeras se não houver capacidade para emprender uma nova reestruturação económica e social. Assim existam mais Comissões e trabalho e se enterrem as impunidades que nos minam, sejam elas quais forem.

Algo de muito errado se está a passar no Banco de Portugal, nas grandes como nas pequenas coisas



DIA A DIA

BPN sem inocentes

O senhor que terça-feira à tarde subiu as escadas de S. Bento amparado por guardas prisionais, mas que durante a longa maratona da audição parlamentar se aguentou estoicamente até depois da meia-noite, respondendo aos deputados com ar bonacheirão, não é inocente do descalabro do BPN. Ele foi o principal arquitecto da nebulosa teia de participações da SLN e de negócios excêntricos do banco. Mas Oliveira e Costa, um homem que gosta de repetir que não teve infância, obrigado a trabalhar desde os 12 anos, que subiu na vida a pulso e que agora lamenta a vida desperdiçada sem tempo para ler, depois de ter devorado 60 livros na prisão, teve oportunidade para mostrar que até agora tem sido apenas ele a expiar os pecados do BPN, mas não será o único a ter culpas no cartório de negócios tão ruinosos que mais tarde ou mais cedo serão pagos pelos contribuintes portugueses.

O valor da factura decorrente da nacionalização ainda é desconhecido, mas pelas contas actuais já rondará os dois mil milhões de euros, o que significa um custo de 200 euros por cada cidadão residente. Mas, como lembrou Oliveira e Costa, uma imparidade não é necessariamente um prejuízo no futuro. Por isso, quando este processo terminar os contribuintes merecem saber, até ao cêntimo, onde é que foi gasto o dinheiro perdido do BPN.

ARMANDO ESTEVES PEREIRA
DIRECTOR-ADJUNTO



OPINIÃO

ANTÓNIO COSTA

Director
acosta@economicasgps.com



Dias Loureiro sai mal, tarde e a más horas

Manuel Dias Loureiro decidiu ontem pedir a demissão do Conselho de Estado, depois das acusações duras de José Oliveira Costa sobre o seu envolvimento e participação em algumas das decisões que terão levado o Banco Português de Negócios (BPN) a uma situação de crise e à sua nacionalização. À SIC, Loureiro explicou que a sua saída não resultou da explicação do antigo presidente do grupo, mas da percepção de que o Conselho de Estado era uma protecção para eventuais consequências judiciais, que Loureiro garante dispensar. Ao fim de sete meses de suspeições na praça pública, o acto do antigo ministro de Cavaco Silva não tem nada de heróico. Pelo contrário, chega tarde e a más horas.

Não está obviamente em causa a presunção de inocência de Dias Loureiro, tanto mais que as palavras de José Oliveira Costa devem ser lidas no devido contexto: é até agora o único arguido no processo, não pode nem deve passar agora a ser visto como o justiceiro que vai ajudar a justiça a descobrir a verdade no caso BPN e, além disso, tem sido apontado por todos como o grande responsável pela situação a que o banco chegou. Finalmente, porque

Dias Loureiro sai da pior forma do Conselho de Estado e fragiliza também o Presidente da República, que o protegeu durante meses.

ele próprio não deu quaisquer explicações sobre o estado de colapso financeiro a que o BPN chegou, nem sequer sobre os negócios com o Banco Insular de Cabo Verde.

Ainda assim, as palavras de Oliveira Costa não deixam de ser contundentes, especialmente quando é o segundo a dizer - depois do antigo responsável do Banco de Portugal, António Marta - que Dias Loureiro mentiu. Ou seja, o grande problema é político e (ainda) não judicial. O cargo de conselheiro de Estado exige uma posição acima de qualquer suspeita. Não podem haver nuvens negras a pairar ou esqueletos no armário. De outra forma, a sua acção está automaticamente condicionada e, pior, condiciona o Presidente da República.

A teimosia de Dias Loureiro - com a cobertura do Presidente da República, que também não sai bem desta fotografia - só serviu para adensar as suspeitas. Loureiro poderia e deveria ter pedido, logo no primeiro minuto, uma suspensão temporária do cargo de conselheiro de Cavaco Silva até que as investigações judiciais chegassem ao fim. Ao fazê-lo apenas ontem, tornou a sua própria situação ainda mais difícil, agravada pelas explicações avançadas.

Porquê? As explicações de Dias Loureiro para pedir a demissão do Conselho de Estado foram curtas, muito curtas. Uma análise fria às últimas 24 horas mostra que, à parte as acusações de Oliveira Costa, não há verdadeiramente nada de novo sobre a sua participação no caso BPN, pelo menos do que se sabe. 'Apenas' a pressão pública...

Ora, a fotografia que o Diário Económico publica hoje na primeira página diz tudo sobre o momento de Dias Loureiro: sozinho, no estúdio da SIC, a defender-se perante o país. ■



ÚLTIMA HORA



João Paulo Dias

Manuel Dias Loureiro à chegada ontem à SIC, onde recusou reagir às acusações de Oliveira Costa.

“Não tenho nada que temer”

Ex-gestor do BPN diz que está a passar a ideia de que o Conselho de Estado o protegia.

“Não tenho nada a temer”. A garantia foi dada ontem por Manuel Dias Loureiro que quebrou o silêncio e, de viva voz, em directo no Jornal da Noite da SIC, explicou por que pediu ao Presidente da República para abandonar o Conselho de Estado e ao PGR para ser ouvido, hoje mesmo, pela equipa que está a investigar a prática de irregularidades no BPN.

“Nunca pensei que se pudesse começar a passar a ideia, como está a acontecer, de que o Conselho de Estado era um resguardo. Não me protege de nada, e hoje [ontem] pedi para sair [da equipa de conselheiros do Presidente da República] porque sei o que fiz e não fiz nada de ilegal”.

Nuns escassos sete minutos, Dias Loureiro deu a cara para tentar con-

tornar as ferozes críticas que Oliveira Costa lhe lançou quando foi ouvido, na terça-feira, na Comissão Parlamentar de inquérito ao BPN. “Quem me conhece sabe que não sou aquela pessoa. Nunca falei sobre o seu carácter [Oliveira Costa] e não vou responder”, explicou Dias Loureiro.

O conselheiro de Estado foi ontem recebido à tarde pelo Presidente da República, no Palácio de Belém, ten-

“Nunca falei sobre o seu carácter [de Oliveira e Costa] e não vou responder”.

do questionado Cavaco Silva sobre a alegada existência de um pedido de levantamento da sua imunidade. “Em face de não haver nenhum pedido para que fosse ouvido, sentia-me no direito de, depois de sete meses, pedir ao senhor procurador-geral da República para ser ouvido”.

Manuel Dias Loureiro era conselheiro de Estado desde a nomeação de Cavaco Silva como Presidente da República. Desde a nacionalização do BPN e o início da investigação criminal recusou sempre a ideia de abandonar o cargo, tendo mesmo garantido ao Presidente da República que nunca cometeu nenhuma ilegalidade. Uma tese reforçada ontem, pelo próprio Dias Loureiro, em directo no Jornal da Noite da SIC. ■

DESTAQUE CASO BPN

Justiça espera documentos para chamar Loureiro

O Ministério Público já desencadeou diligências para ouvir o ex-conselheiro de Estado, Dias Loureiro.

Lígia Simões

lsimoes@economicasgpps.com

O Ministério Público aguarda documentos relacionados com o negócio ruinoso de Porto Rico para chamar Dias Loureiro no âmbito da investigação que decorre há dois meses sobre transacções efectuadas pelo grupo SLN. E que terão envolvido o ex-conselheiro de Estado, saldando-se em prejuízos de 38 milhões de euros.

A audição é considerada "incontornável", aguardando os responsáveis pela investigação pelo "momento oportuno", nomeadamente que sejam disponibilizados "elementos documentais concretos" no âmbito de diligências que já foram feitas, soube o Diário Económico junto de fonte judicial.

Por isso, é agora inevitável a audição ao ex-administrador da SLN por parte dos investigadores que querem esclarecer a respectiva participação na aquisição de duas empresas tecnológicas porto-riquenhas.

"Estamos a recolher elementos sobre o negócio de Porto Rico", acrescenta a mesma fonte, avançando que até esta quarta-feira (dia em que Dias Loureiro abandonou o Conselho de Estado), o Ministério Público aguardava por provas documentais para pedir o levantamento da imunidade de Dias Loureiro ao órgão de consulta do Presidente da República. O ex-administra-

dor da SLN acabou, no entanto, por facilitar o trabalho às autoridades judiciais com a sua decisão de abandonar o Conselho de Estado. O próprio Dias Loureiro poderá antecipar a audição, pois vai pedir ao PGR para ser ouvido imediatamente.

Uma iniciativa que surge após uma mistura explosiva decorrente das declarações de Oliveira Costa no Parlamento. E de notícias, entretanto desmentidas pelo MP, de que já teria sido pedi-

A demissão de Dias Loureiro de conselheiro de Estado facilitou o trabalho do Ministério Público.

do o levantamento da imunidade.

Na terça-feira, dia 26, Oliveira Costa regressou à comissão de inquérito parlamentar ao caso BPN para exercer o contraditório. Numa audição à porta aberta e que durou mais de oito horas, o ex-presidente do grupo SLN/BPN acusou Dias Loureiro de ter mentido em vários negócios. E não só. Desmentiu também a versão dos factos quanto ao objectivo da reunião realizada com António Marta, em 2001, na altura responsável pela área de supervisão do Banco de Portugal.

Oliveira Costa divulgou aos deputados dados sobre o envolvimento do ex-ministro de Cavaco Silva no negócio em Porto Rico, que inviabilizou a entrada em bolsa do grupo face aos prejuízos causados. Na comissão parlamentar de inquérito, Oliveira Costa chegou mesmo a avançar que se não fosse a "Biometrics" não haveria investigação à SLN/BPN, quando comentava o negócio de Porto Rico. Em causa está a operação promovida por Dias Loureiro e que contou, do lado vendedor, com o libanês Al-Assir (ver caixa).

"Se não aparecesse o raio do negócio da Biometrics, hoje não estaríamos aqui", concluiu Oliveira Costa na audição em que afirmou também que a venda da empresa porto-riquenha Biometrics da SLN ao Excellence Assets Fund foi feita por 35 milhões de euros e não por um euro, como terá dito Dias Loureiro.

O ex-presidente do BPN assegurou também que o ex-conselheiro de Estado nunca lhe fez perguntas sobre o negócio em Porto Rico: "O Dr. Dias Loureiro afirmou ter-me questionado 11 vezes sobre a contabilização da Biometrics nas contas da SLN (...) e a pergunta nunca foi feita". Oliveira Costa afirmou aos deputados que, de facto, nunca se opôs ao negócio, mas face a posteriores pareceres técnicos desfavoráveis acabou por assinar o contrato "coagido" pelas circunstâncias. ■



Com tanta pressão, Dias Loureiro decidiu abandonar o cargo que desempenha no Conselho de Estado e solicitou uma audiência ao Procurador-geral da República.

O amigo libanês e o negócio de Porto Rico

El-Assir era accionista de uma das empresas de Porto Rico que foram vendidas ao BPN e que viriam a decretar falência meses depois sem nunca terem tido actividade - a Biometrics, da qual vendeu 25% ao BPN. O BPN perdeu 40 milhões de euros com os negócios de Porto Rico, que consistiu na compra de duas empresas tecnológicas locais (NewTech e a Biometrics Imagineer), em 2001 e 2002, por 56,5 milhões de euros, ocultada das autoridades nacionais bem como as perdas

resultantes, que nunca foram registadas nas contas. A transacção foi desaconselhada por escrito pela equipa técnica do grupo que avaliou o projecto por o considerar de elevado risco Dias Loureiro afirmou na segunda audição no Parlamento, que apenas assinou o acordo que pôs fim à participação do fundo Excellence Assets (do universo SLN/BPN) na empresa porto-riquenha Biometrics. Um negócio que acarretou prejuízos de 38 milhões de euros. Oliveira Costa revelou que o libanês

Abdul El-Assir fez depender a ajuda para a venda da concessão marroquina Redal da compra da empresa porto-riquenha Biometrics. Oliveira Costa diz que foram pagas comissões para que se concretizasse a venda da concessão Redal em Marrocos, pertencente à SLN, Dragados e EDP, aos franceses da Vivendi. No negócio da Biometrics estaa em causa a aquisição de máquinas designadas 12 TM com valências mais avançadas que as ATM de então.

O choque entre os dois principais protagonistas

O NEGÓCIO DE PORTO RICO

Oliveira Costa

Ex-presidente do Grupo SLN/BPN

"Não me revejo nisto, pode haver falsificação da assinatura (os documentos mostrados no Parlamento dizem respeito à desvinculação das empresas do grupo SLN do negócio de aquisição da Biometrics)"

Dias Loureiro

Conselheiro de Estado

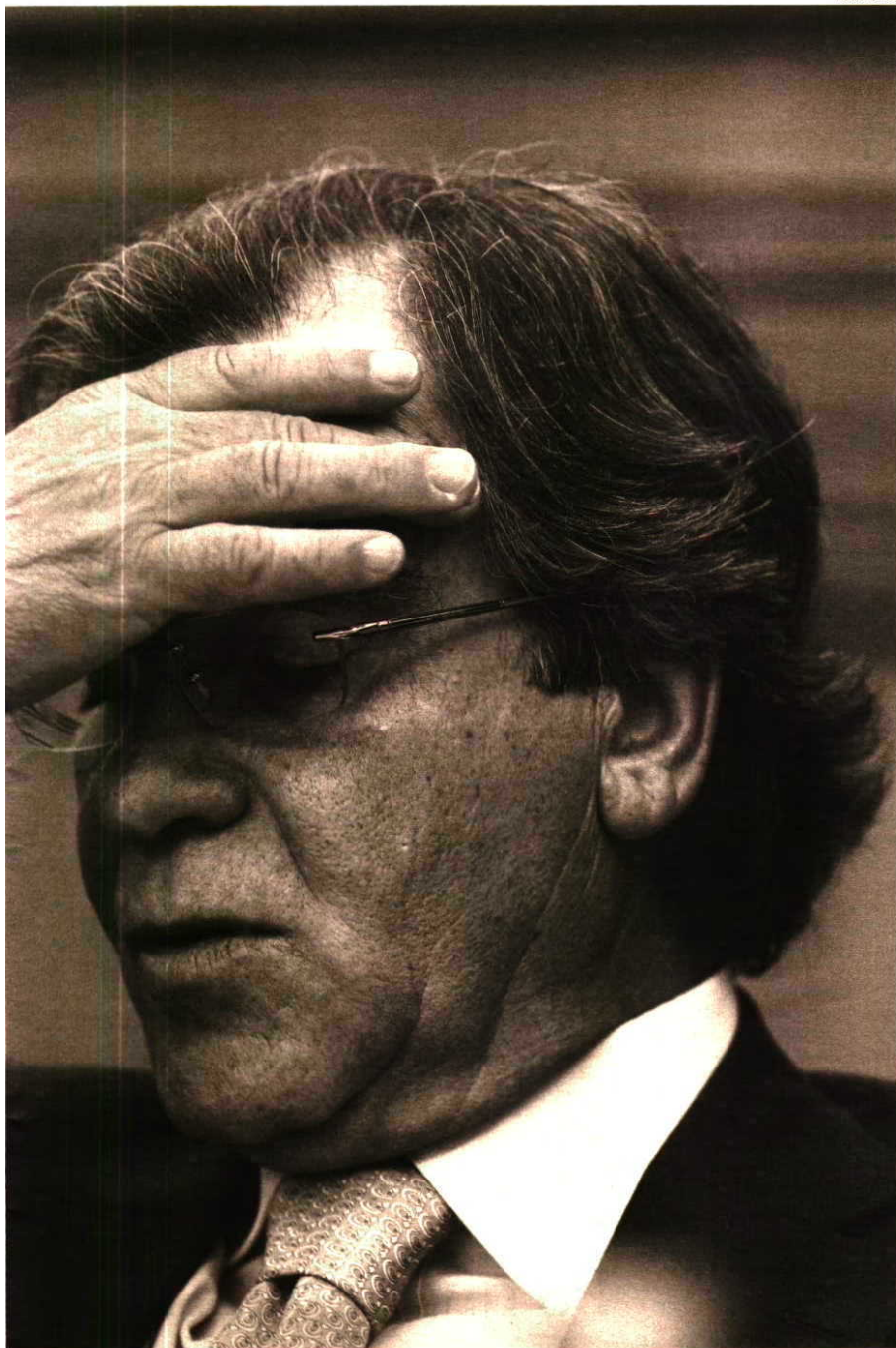
"Se um advogado me apresenta um contrato para assinar e eu confio nas pessoas que trabalham comigo, é natural que assinie (sem ter que ler tudo o que consta no documento)".

PONTOS-CHAVE

A audição de Dias Loureiro pelos investigadores tornou-se inevitável para esclarecer a participação no negócio de compra de duas empresas.

Até ao final do primeiro trimestre de 2008, o BPN não acusava sinais de problemas estruturais, garantiu ontem Vítor Constâncio na comissão parlamentar.

Finanças recusam indemnizar accionistas pela nacionalização do BPN. O banco em 2008 teve um prejuízo de cerca de 500 milhões de euros.



Paula Nunes

Conselheiros dizem que saída peca por tardia

A demissão de Dias Loureiro foi elogiada. Cabe agora a Cavaco escolher o senhor que se segue.

Catarina Madeira e Mariana Adam
cmadeira@economicasgpps.com

Ao fim de seis meses a situação tornou-se insustentável, até para Dias Loureiro. A gota de água, para que o ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) renunciasse ao cargo de conselheiro de Estado, foram as acusações bombásticas de Oliveira Costa, na terça-feira perante a comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN.

Dias Loureiro foi recebido pelo Presidente da República, em Belém, e apresentou-lhe a demissão do cargo. Uma atitude, que alguns conselheiros de Estado, como Jorge Sampaio, João Lobo Antunes e António Capucho já reclamavam há algum tempo.

A notícia foi tornada pública pouco depois das três da tarde, mas o ex-ministro de Cavaco Silva preferiu remeter-se ao silêncio até ao início da noite, preferindo o horário nobre para prestar esclarecimentos, em directo no Jornal da Noite da SIC (ver última página).

Ontem, já depois de anunciada a decisão de Dias Loureiro, João Lobo Antunes elogiou a atitude "muito digna" do, agora, ex-conselheiro e Anacoreta Correia, também membro do Conselho de Estado, defendeu que "a decisão peca por tardia".

Ultrapassado o motivo de "embaraço" - como Sampaio e Lobo Antunes se referiram ao caso -, os restantes conselheiros fecharam-se em copas, optando por não fazer qualquer comentário.

O senhor que se segue a Dias Loureiro no Conselho de Estado terá agora que ser escolhido pelo próprio Presidente da República, já que a nomeação de Dias Loureiro é da cota pessoal de Cavaco Silva.

O Conselho de Estado não reúne há quase dois anos, mas no próximo encontro serão três os novos membros, já que António Capucho - em substituição de Marques Mendes - e Leonor Beleza - na vez de Manuela Ferreira Leite -, embora já tenham tomado posse, ainda não participaram em nenhuma reunião.

Entretanto, as críticas à permanência de Dias Loureiro no Conselho de Estado não eram apenas internas. O PS foi o único partido com assento parlamentar que não pediu a demissão do ex-administrador da SLN do Conselho de Estado. Até o PSD já, há algum tempo, indicava este caminho a Dias Loureiro. De Paulo

Rangel ouviu-se uma das críticas mais claras: "Aqueles, que estão no Conselho de Estado, devem reflectir muito bem sobre se a sua manutenção traz ou não algum constrangimento para as pessoas que os nomearam".

A relação duradoura de Dias Loureiro com o PSD e, em particular, com o PSD de Cavaco Silva, ameaçava deixar moza no partido, especialmente em época de eleições. Pacheco Pereira foi um dos social-democratas, próximo de Cavaco Silva e Ferreira Leite, que o assumiu: "Sou da opinião que a imagem do PSD é afectada pelo comportamento dos seus membros com destaque público". Uma situação "muitas vezes injusta para as direcções vigentes", acrescentou.

"Não há responsabilidades por afinidade. Cavaco Silva tem de assumir a responsabilidade por ter escolhido Dias Loureiro para o Conselho de Estado e Dias Loureiro tem de assumir a responsabilidade por estar a criar esta situação", disse Pacheco Pereira. ■



"É uma questão do foro íntimo e pessoal. A única coisa que tenho a dizer é que foi uma decisão que peca por tardia", diz Anacoreta Correia



"Acho uma atitude muito digna da parte do doutor Dias Loureiro", diz João Lobo Antunes



"Libertaria o senhor Presidente da República e também os colegas do Conselho de qualquer constrangimento", diz Jorge Sampaio

no caso BPN

SAÍDA DA SLN

"Nunca manifestou a mais leve disponibilidade para se desvincular e tive a prova do contrário ao reagir com uma ameaça quando o chamei para lhe comunicar que não fazia intenção de lhe renovar o mandato (...)"

"Estava ansioso por se ir embora do Grupo"

GUERRA DE PODER

"(Dias Loureiro) se apresentava como presidente do BPN e terá dito a uma conhecida figura pública que dentro de seis meses seria o seu presidente".

"Oliveira e Costa era uma pessoa muito trabalhadora e inteligente mas tinha um modelo de gestão pouco criticável (...) sentia-me um pouco perdido".

REUNIÃO COM ANTÓNIO MARTA

"O Dr. Dias Loureiro falou com o Sr. Dr. António Marta e disse-me que sentiu que a supervisão estava constantemente a questionar o BPN, mas que ele repudiara a queixa dizendo que o BdP estava activo em todos os bancos".

"Fui dizer que não tinha nenhum facto concreto, mas que estava numa sociedade (Sociedade Lusa de Negócios - SLN) que tinha um banco e que isso me causava preocupação e que o Banco de Portugal devia estar atento"

DESTAQUE CASO BPN

Partidos e Governo aplaudem saída de Dias Loureiro

Todos os partidos saudam a saída de Dias Loureiro do Conselho de Estado, uma decisão que já pediam há muito.

Catarina Madeira e Mariana Adam
cmadeira@economicasgpps.com

A decisão de Dias Loureiro conseguiu um feito invulgar no universo político português: a unanimidade de posições da esquerda à direita do Parlamento. Todos os partidos políticos aplaudiram a atitude de Dias Loureiro, que ontem decidiu renunciar ao cargo de conselheiro de Estado, na sequência do caso BPN. De resto, todos os partidos, à excepção do PS, tinham já pedido a demissão do antigo ministro da Administração Interna do Governo de Cavaco Silva.

Uma das primeiras reacções veio da família política de Dias Loureiro. O líder parlamentar do PSD e cabeça de lista social-democrata às eleições europeias, Paulo Rangel, defendeu ontem à tarde que "ter-se-ia ganho" se o ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) tivesse renunciado "mais cedo" ao cargo de conselheiro de Estado. Uma declaração pouco surpreendente, já que Paulo Rangel foi um dos social-democratas mais incisivo nas críticas à presença de Loureiro no órgão consultivo do Presidente da República. Em Faro, e na qualidade de líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel disse respeitar a "atitude tão digna" de Dias Loureiro. Digna, mas tardia, concluiu-se.

O CDS-PP reagiu pela voz do deputado Pedro Mota Soares, que também fez referência à "decisão demorada" de Dias Loureiro. "O Dr. Dias Loureiro fez finalmente aquilo que já devia ter feito e que o CDS já tinha pedido". E aproveitou o momento para pedir ainda a demissão do governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, devido às "falhas" no caso BPN. "Dias Loureiro saiu assumindo as suas responsabilidades, mas há outras pessoas que ainda não as assumiram, já é bastante evidente para toda a gente que o Banco de Portugal e o seu governador falharam redondamente neste processo", defendeu Mota Soares.

A saída de Dias Loureiro foi também motivo de satisfação para o cabeça de lista do Bloco de Esquerda às europeias, Miguel Portas, que considerou que a posição do ex-ministro era já "insustentável". Miguel Portas foi mais longe e disse mesmo que a presença do conselheiro de Estado "estava a passar todas as mar-



Paulo Rangel
Líder parlamentar do PSD

Paulo Rangel defendeu ontem à tarde que "ter-se-ia ganho" se o ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), Dias Loureiro, tivesse renunciado "mais cedo" ao cargo de conselheiro de Estado.



Pedro Mota Soares
Deputado do CDS

Pedro Mota Soares fez referência à "decisão demorada" de Dias Loureiro: "O doutor Dias Loureiro fez finalmente aquilo que já devia ter feito e que o CDS já tinha pedido".



Ricardo Rodrigues
Vice-presidente da bancada socialista

Ricardo Rodrigues disse estar "satisfeito porque a democracia funcionou" com a saída de Dias Loureiro do Conselho de Estado mas rejeitou fazer uma avaliação "positiva ou negativa" do desfecho de ontem.

cas". Isto depois de reagir com um repetido: "Finalmente, finalmente".

"Desfecho lógico", foi como o PCP descreveu, por sua vez, a renúncia de Dias Loureiro, tendo em conta "os novos elementos que vieram a lume" com a audição de Oliveira Costa. Jerónimo de Sousa salvaguardou, no entanto, a separação entre a demissão de Dias Loureiro e o "processo de investigação e de apuramento da verdade" que deve continuar".

Uma hora depois de se ter tornado público que Dias Loureiro tinha abandonado o Conselho de Estado, o gabinete do primeiro-ministro garantia que José Sócrates ainda não tinha conhecimento deste anúncio, já que não tinha sido informado, nem oficial nem informalmente e se encontrava numa cerimónia no edifício da Fundação Calouste Gulbenkian. O PS foi, de resto, o último partido a reagir.

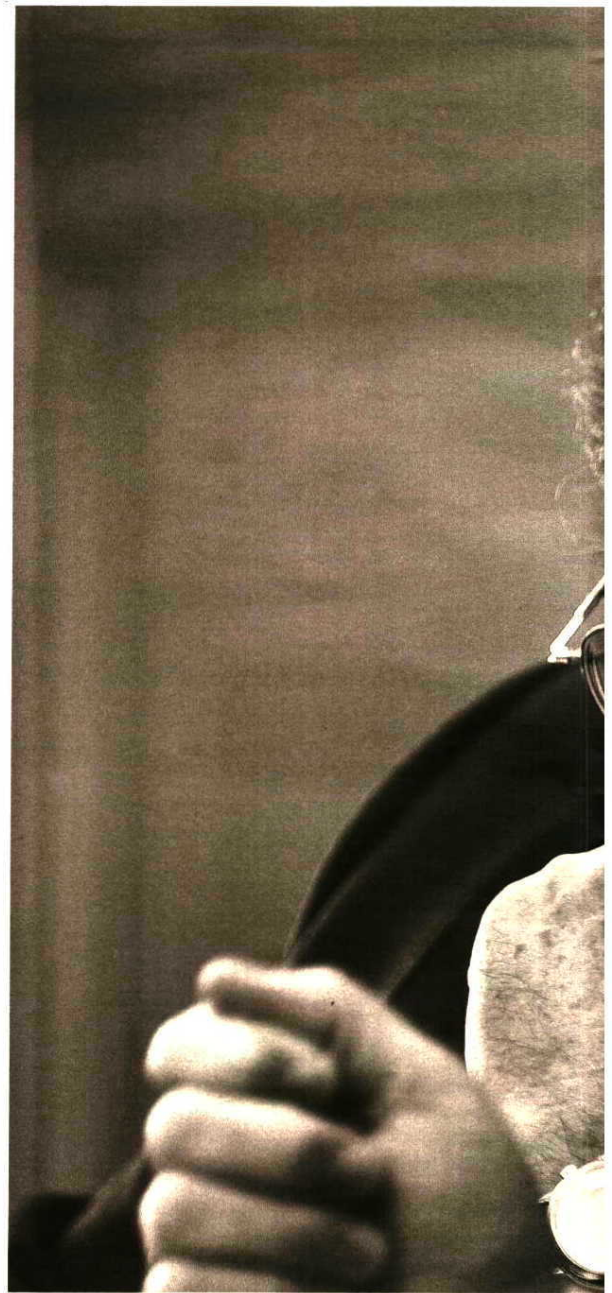
O PS disse estar "satisfeito porque a democracia funcionou" com a saída de Dias Loureiro do Conselho de Estado, mas rejeitou fazer uma avaliação "positiva ou negativa". Segundo o vice-presidente da bancada socialista Ricardo Rodrigues essa análise pertence ao Presidente da República e acrescentou: "É um acto que responsabiliza os próprios", mas disse que, "tendo em conta o funcionamento da democracia, é correcto que assim tenha acontecido".

O ponto final na carreira política de Dias Loureiro

A renúncia de Dias Loureiro ao cargo de conselheiro de Estado vai "terminar a carreira política" do ex-administrador da SLN, disse à Lusa o politólogo António Costa Pinto.

O investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa sublinha que a demissão de Dias Loureiro, associada ao caso BPN, "não terá consequências sobre a imagem do Presidente da República", apesar de Dias Loureiro ter sido por ele designado.

No que refere ao efeito que a demissão de Dias Loureiro poderá ter no eleitorado português, António Costa Pinto acredita que "o efeito, a existir, já passou". "Politicamente existirá sempre a suspeita sobre o que é verdade e mentira" naquilo que o politólogo define como um "escândalo empresarial". ■



PS quer comissões

Iniciativa não deve ser incluída no relatório final da comissão de inquérito do BPN.

Lígia Simões e Paula Cravina de Sousa
lsimoes@economicasgpps.com

O Partido Socialista vai apresentar uma proposta de alteração da legislação que rege o funcionamento das comissões de inquérito. O objectivo é que o segredo bancário possa vir a ser levantado pelo Parlamento, depois dos desenvolvimentos do caso BPN que está a ser alvo de inquérito parlamentar. E que contou com duas recusas do Banco de Portugal (BdP) em levantar o sigilo que lhe tinha

sido requerido pela Assembleia da República.

"Dado que o regime jurídico destas comissões é omissivo quanto à questão do levantamento do sigilo bancário e não existindo um entendimento claro é preciso clarificá-lo", revelou ao Diário Económico Maria de Belém, presidente da comissão de inquérito sobre a situação que levou à nacionalização do BPN e sobre a supervisão bancária.

A ideia é que comissão venha incluir no relatório final dos trabalhos da comissão com um projecto de resolução que confira o poder inequívoco das comissões de inquérito de levantarem o sigilo bancário

No entanto, os partidos à es-



João Reivas/Lusa

Vitor Constâncio vai regressar, na próxima semana, à comissão de inquérito ao caso BPN. O BdP foi poupado por Oliveira Costa.

Constâncio diz que BPN no início de 2008 não revelava desequilíbrios

Vitor Constâncio voltou a defender que nada mais poderia ter feito no caso BPN.

Maria Ana Barroso
mabarroso@economicasgps.com

Até ao final do primeiro trimestre de 2008, o Banco Português de Negócios (BPN) não acusava sinais de problemas estruturais, garantiu ontem Vitor Constâncio na comissão parlamentar de Orçamento e Finanças.

Mais uma vez confrontado pelos deputados quanto a eventuais falhas de supervisão no caso BPN, o governador do Banco de Portugal garantiu que "até ao primeiro trimestre de 2008, o BPN não revelava estar numa situação de grave desequilíbrio financeiro".

Constâncio voltou a realçar que "a supervisão não é uma polícia de descobrir fraudes" e que, "em Portugal, há no imaginário popular a ideia de que o supervisor controla tudo".

Apenas umas horas depois da ida do antigo líder do grupo SLN, Oliveira Costa, ao Parlamento, o governador fez questão de referir já ter enviado à comissão de inquérito toda a documentação sobre o trabalho feito no passado junto do BPN. O responsável lembrou ainda que o banco foi alvo de uma supervisão muito mais apertada do que qualquer outra instituição.

Sobre o Banco Insular e o balcão virtual, Constâncio garantiu que as cartas enviadas pela Procuradoria Geral da República (PGR) a solicitar informação sobre o Insular não insinuavam qualquer ligação com o BPN. "Das duas cartas da PGR, de 2004 e 2007, nenhuma delas mencionava qualquer relação entre o BPN e o Banco Insular", assegurou.

A pesar de a audição de ontem

ter sido apenas a de ida regular do supervisor bancário ao Parlamento - apenas para a semana Constâncio regressará à comissão de inquérito -, o tema BPN foi central na intervenção dos deputados. Mas não tanto quanto um rescaldo da audição de Oliveira Costa poderia fazer crer.

A verdade é que Oliveira Costa, que atacou accionistas e antigos gestores do grupo, entendeu poupar a supervisão bancária. Defendeu a versão de António Marta, antigo administrador, na conversa com Dias Loureiro. E disse mesmo que seria "injusto tentar sacrificar a supervisão" pelo que se passou no BPN.

Sobre estas declarações, Constâncio não quis fazer qualquer comentário, à saída da comissão de ontem. ■

O que disse Oliveira Costa sobre a supervisão



"Tentar sacrificar a supervisão do BdP pelo que se passou no BPN e no BPP seria profundamente injusto. Tem personalidades de elevada craveira".

"Houve uma atitude abusiva da parte do BdP nalgumas extrapolações que fez" sobre problemas identificados no BPN.

"Nenhum relatório de inspeção do BdP ficou sem resposta. Ao relatório do BdP de 2005 dei uma resposta longa e detalhada estabelecendo um calendário de resolução das diferentes situações".

"Se apreciarmos o que se passou no mundo temos que concluir que alguma coisa falhou", pois a supervisão "não acompanhou inovação do sector financeiro".

a levantar sigilo bancário

PROJECTO

● O PS quer incluir no relatório final da comissão parlamentar de inquérito do BPN um projecto que possibilita aos deputados levantarem o sigilo bancário.

● No entanto, a proposta ainda não começou a ser trabalhada.

● O projecto surgiu depois de o Banco de Portugal não ter fornecido elementos necessários às investigações sobre o BPN.

querda do Governo contrariam esta versão e dizem que a medida não deve ser incluída no relatório final do BPN. "Está-se constantemente a 'empurrar com a barriga' para a próxima legislatura e nada chega a ser feito", afirmou o deputado do PCP Honório Novo. Por sua vez, o deputado do Bloco de Esquerda, João Semedo, afirma que "a questão não deve ser resolvida assim". Defende que "primeiro se deve contestar a decisão do Banco de Portugal de não levantar o sigilo bancário" (ler caixa ao lado) e só depois se deve avançar para "uma alteração legislativa".

O facto de o levantamento do sigilo bancário "não estar

expressa" no regime jurídico das comissões, "dá origem a várias interpretações", aponta o deputado socialista Ricardo Rodrigues, adiantando que a proposta ainda não começou a ser trabalhada.

O projecto surgiu depois de nova recusa do BdP a um pedido da comissão parlamentar, sustentado com um parecer de Nuno Piçarro. Este juriconsulto concluiu que a comissão pode pedir directamente toda a documentação referente ao caso do BPN por considerar que não precisa de recorrer ao tribunal para levantar o sigilo bancário. Até ao fecho da edição, o Diário Económico tentou contactar o PSD e o CDS, sem sucesso. ■ **Com S.A.S**

Voto contra Constâncio ainda sem data

A proposta de voto de protesto contra o Banco de Portugal (BdP) por não ter fornecido as informações necessárias às investigações da comissão parlamentar de inquérito do BPN ainda não está agendada. O deputado do PS, Ricardo Rodrigues, disse ao Diário Económico que a questão deverá ser discutida na próxima reunião da comissão, mas adiantou que esta ainda não está agendada. O deputado João Semedo, do Bloco de Esquerda, afirmou que o

"primeiro passo é mostrar o descontentamento em relação ao BdP e aprovar o protesto". "O BdP não tem razão em não levantar o sigilo bancário, não teremos os documentos necessários em tempo útil", acrescentou. O objectivo é condenar publicamente a postura do supervisor. No entanto, este voto de protesto só avançará com o voto favorável do PS. Honório Novo do PCP afirmou que o "voto de protesto é um 'fait divers' nesta matéria de levantamento do sigilo bancário".



DESTAQUE CASO BPN

Finanças recusam indemnizar accionistas do BPN

A Sociedade Lusa de Negócios garante que irá consultar e analisar o processo, sendo quase inevitável a contestação.

A SLN reclama, pelo menos, 403 milhões pela nacionalização do BPN.

Sandra Almeida Simões e Maria Ana Barroso
ssimoes@economicasgps.com

Na véspera do Estado, enquanto accionista único do BPN após a nacionalização, aprovar as contas da instituição, o ministro das Finanças anunciou que os antigos accionistas do banco não vão ter direito a receber qualquer indemnização.

O Ministério tutelado por Teixeira dos Santos comunicou ontem esta decisão à Sociedade Lusa de Negócios, 'holding' que detém o BPN SGPS e que controlava o BPN SA, antes da sua nacionalização. "O ministro de Estado e das Finanças propõe-se decidir no sentido da não atribuição de qualquer valor, a título de indemnização decorrente da nacionalização da totalidade das acções representativas do capital social do BPN", diz o comunicado. Em causa, estão, pelo menos, 403 milhões de euros. Este foi o valor recentemente avançado pelo presidente da SLN, Fernando Lima, como o montante a indemnizar os accionistas pelo facto de o banco ter sido nacionalizado.

Contactada, fonte oficial da

O que disse Oliveira Costa sobre as imparidades



"O grupo SLN, através da sociedade OPI 92, tem o património imobiliário, que foi avaliado por uma entidade independente, em 1,3 mil milhões de euros. Além disso, há outros terrenos, em Angola e em Alcochete, entre outras localidades, detidos através de outras empresas".

"Quando se fala de imparidades é para imputar a Oliveira Costa o desequilíbrio patrimonial do grupo, que dizem ter sido deixado pela minha gestão e ao qual vão acrescentando mais valor por actos de gestão dos últimos 15 meses a que sou totalmente alheio."

SLN adiantou ao Diário Económico que vai estudar os argumentos invocados pelo Governo, sendo inevitável que conteste a decisão. "Estamos convictos que o activo nacionalizado era um activo de valor para o Grupo SLN. Vamos consultar e analisar o processo". No entanto, fica o alerta: "Em teoria, contestaremos, mas na prática vamos ver se os argumentos têm fundamento".

A decisão do Ministério das Finanças foi justificada com o "valor negativo da situação patrimonial e financeira do BPN, apurado na sequência das avaliações realizadas, nos termos legais, por duas entidades independentes".

Deutsche Bank e Deloitte, tal como avançou o Semanário Económico, apuraram que o valor das imparidades no valor de 2008 ascendeu a 1,7 mil milhões (ver texto em baixo). O tema das imparidades foi abordado por Oliveira Costa no Parlamento. "Receio que no cálculo das imparidades tenham considerado alguma perda por imparidade que é de todo em todo injustificável".

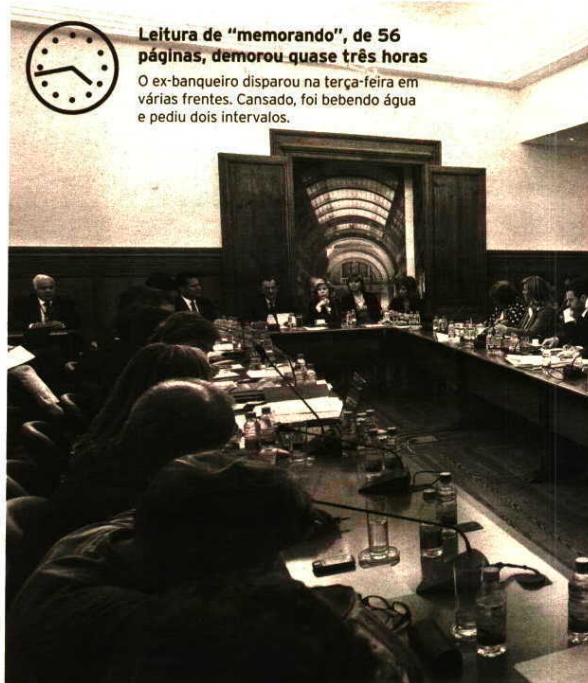
A 'holding' liderada por Fernando Lima dispõe agora de um prazo de 15 dias para se pronunciar, caso o queira fazer, sobre o teor do projecto de despacho, findo o qual será proferida a respectiva decisão. ■

UMA COMISSÃO PARLAMENTAR QUE SE ARRASTOU



Leitura de "memorando", de 56 páginas, demorou quase três horas

O ex-banqueiro disparou na terça-feira em várias frentes. Cansado, foi bebendo água e pediu dois intervalos.



Paulo Figueiredo



Descontraído e sorridente, ao lado do seu advogado, após várias horas de audição.



Paulo Figueiredo



Durante um intervalo, Oliveira Costa conferenciou com Nuno Melo, do CDS/PP.



Estado aprova hoje contas

Uma das grandes incógnitas será a forma como o Estado conseguirá vender o banco.

O valor em destaque, hoje, nas contas do Banco Português de Negócios (BPN), relativas ao exercício de 2008, será de 500 milhões de euros. O montante representa o prejuízo do banco e deverá ser aprovado pelo Estado na assembleia geral da instituição.

Este é o último passo formal que faltava para que o accionista tome a sua decisão final quanto ao nacionalizado BPN, o que deverá acontecer nos primeiros 15 dias de Junho.

O levantar do véu quanto ao futuro do banco aconteceu na semana passada, altura em que o ministro das Finanças adiantou que a solução deverá ser a venda. Uma das grandes incógnitas reside na forma como o Estado conseguirá vender o banco, mi-

ADN FINANCEIRO DO BPN

Prejuízos

O valor dos prejuízos no final de 2008, ascendeu a cerca de 500 milhões de euros. Recorde-se que no final de 2007, o banco registou lucros de 40,8 milhões, ainda que os valores não sejam comparáveis.

VALOR TOTAL DO BURACO

Imparidades

O valor do buraco financeiro, que incluiu perdas relativas ao próprio BPN, BPN Cayman e BPN IFI (Cabo Verde) disparou para 1,7 mil milhões de euros no final do exercício do ano anterior.

nimizando os danos para o Estado do buraco financeiro que o BPN foi acumulando.

Conforme adiantou o Semanário Económico, o volume de imparidades registado nas contas de 2008 do banco foi de 1,7 mil milhões de euros, incluindo perdas relativas ao próprio BPN, ao BPN Cayman e ao BPN IFI (Cabo Verde).

O actual presidente do banco, Francisco Bandeira, deixou claro que a venda do banco, a acontecer, será em bloco e que se poderá tentar minimizar o buraco financeiro através da venda de activos. Para além do banco, integram o universo nacionalizado o Banco Efisa, o BPN Brasil e a Real Vida Seguros, entre outros negócios.

O Montepio e mesmo a própria CGD, em última instância, já surgiram como alguns dos possíveis interessados na compra do BPN. ■ S.A.S. e M.A.B.



Joaquim Coimbra diz que "Oliveira Costa mentiu"

João Paulo Dias

Reacção dos accionistas da SLN foi feita após audição do ex-presidente do BPN no Parlamento.

Eudora Ribeiro e Marta Reis
eribeiro@economicasgps.com

O que disse Oliveira Costa sobre Joaquim Coimbra



"Li uma mensagem no telemóvel que dizia sensivelmente o seguinte: Citada que lhe estavam a fazer foi desmontada por uma ordem que mandou retirar da agenda do conselho do BAI proposta de aquisição posição BPN. Preste atenção Nunes/Coimbra."

"Foi com total desprezo pelas centenas de accionistas, milhares de empregados e os verdadeiros interesses do país, que o senhor Joaquim Coimbra se vingou do revés sofrido, pelo facto de uma ordem superior, que não lhe era difícil adivinhar a origem, lhe ter retirado a oportunidade de dar início à destruição do grupo SLN. Deve ter delirado pelo duplo sucesso".

"Joaquim Coimbra e Joaquim Nunes estavam a procurar o desmembramento do grupo que era o que mais lhes interessava."

peito "à afirmação de que este grupo de accionistas se opôs à alegada venda do grupo SLN, sugerindo que, em alternativa, queriam a sua destruição".

Os accionistas da SLN acrescentam que estando em causa o seu dinheiro, "nunca iriam preferir boas soluções em favor de péssimas medidas".

Por esta razão, explicam, a 8 de Março e 1 de Julho de 2008, assinaram acordos de venda que só não se realizaram "por falta de pagamento aos promitentes-compradores".

Os nove accionistas que assinam o comunicado manifestam ainda a sua disponibilidade para serem ouvidos na comissão de inquérito parlamentar ao caso BPN, "com o único objectivo da reposição dos factos".

Estes querem ainda "a responsabilização de Oliveira Costa e de quem o tenha acolitado em actos de gestão danosa que conduziram o Grupo SLN à situação em que se encontra".

No comunicado dizem ainda que, perante a constatação da "grave degradação do grupo, em 2007" foram, desde meados desse ano, "claros e categóricos quanto à necessidade de saída" de Oliveira Costa, que acusam de ter feito tudo, "até ao limite, para se manter agarrado ao lugar". ■

Os accionistas da SLN, entre os quais está Joaquim Coimbra, acusam Oliveira Costa de mentir e de ocultar os factos que provocaram o colapso do banco.

No Parlamento, Oliveira Costa fez alusão ao grupo dos dez accionistas que recusou três oportunidades para vender o BPN.

Em reacção a estas declarações, nove accionistas da SLN, entre os quais Joaquim Coimbra, emitiram ontem um comunicado conjunto no qual acusam Oliveira Costa de várias omissões e "inverdades".

"Na sua declaração de ontem [terça-feira], Oliveira Costa omitiu deliberadamente referências substantivas ao período da sua gestão à frente do Grupo SLN/BPN, até 2007", uma "omissão deliberada" para "fugir a explicar as razões da grave degradação da situação do grupo ao longo desses anos, a qual é da sua inteira responsabilidade, tal como foi a ocultação dos factos que conduziram a essa situação".

A mais grave dessas inverdades, nota o documento, diz res-

REPORTAGEM DE UMA MARATONA

De sisudo a irónico em oito horas

Chegou cansado, mas saiu a mandar "piropos" às jornalistas.

Sandra Almeida Simões
ssimoes@economicasgps.com

Assembleia da República, dia 26 de Maio às 16 horas. Tudo a postos para o regresso de José de Oliveira Costa à comissão de inquérito ao caso BPN: dentro e fora do Parlamento os corredores de segurança estavam armados, o batalhão de jornalistas e repórteres de imagem em suspenso, enquanto na sala sete, onde as mais de 80 cadeiras estavam totalmente ocupadas, ecoavam as ameaças da sua chegada e aumentavam as expectativas.

As 16h20 o responsável de segurança do Palácio de São Bento é informado que o ex-banqueiro saiu da Gomes Freire. Precisamente 12 minutos depois (32 minutos após a hora marcada), Oliveira Costa, detido preventivamente há 186 dias, chega à Assembleia. Quando se abriu a porta da carrinha celular surge a imagem de um homem de fato cinzento, com discretas riscas brancas, camisa azul escura e gravata bordeaux. De imediato foi visível o seu débil estado de

saúde e o extremo cansaço daquele que um dia confessou comer sopa ao pequeno-almoço. Joaquim Coelho e Eduardo Leitão, os dois guardas prisionais destacados para acompanhar o ex-banqueiro, ajudam-no a sair da carrinha e amparam-no na difícil tarefa de subir a escadaria.

Esboçando um ligeiro sorriso para as câmaras e 'flashes', Oliveira Costa prometeu falar dentro da sala. Com o advogado Leonel Gaspar sentado ao seu lado direito e Maria de Belém à esquerda, o ex-secretário de Estado de Cavaco Silva iniciou a longa maratona de oito horas, dedicando cerca de 180 minutos à sua declaração, apelidada de "memorando", com 56 páginas, frases sublinhada e a negrito, pequenos apontamentos. O único arguido das investigações ao BPN disparou em todas

as direcções, focando as farpas em Dias Loureiro, Joaquim Coimbra e Miguel Cadilhe.

Depois de vários copos de água, dois intervalos de 15 minutos para descansar, responde serenamente às questões dos deputados. Em burburinho, enquanto se "petiscava" na sala, comentava-se a mudança do seu estado de espírito. Oliveira Costa sorriu, fez piadas, até que desabafou a propósito da sua prestação: "Esforcei-me tanto para ser útil que até me espalhei". No entanto, sobre as suas responsabilidades, afirmou apenas que não pode ser acusado por "perdas de um centímo que seja". Aproveitou para fazer uma caracterização da sua personalidade: "Afasto manifestações de exaltação do ego. Fui empurrado para ser centralizador e deixei-me ir. Gosto de confiar e acreditar nas pessoas". À saída da audição, Oliveira Costa reafirmou que sabe mais do que disse e até mandou piropos às jornalistas - "interessantes". Hoje, o ex-banqueiro já está novamente detido, dedicado à leitura (chegou mesmo a citar "A Verdade da Mentira", de Gonçalo Amaral) e à música, que aprendeu a apreciar entretanto. ■

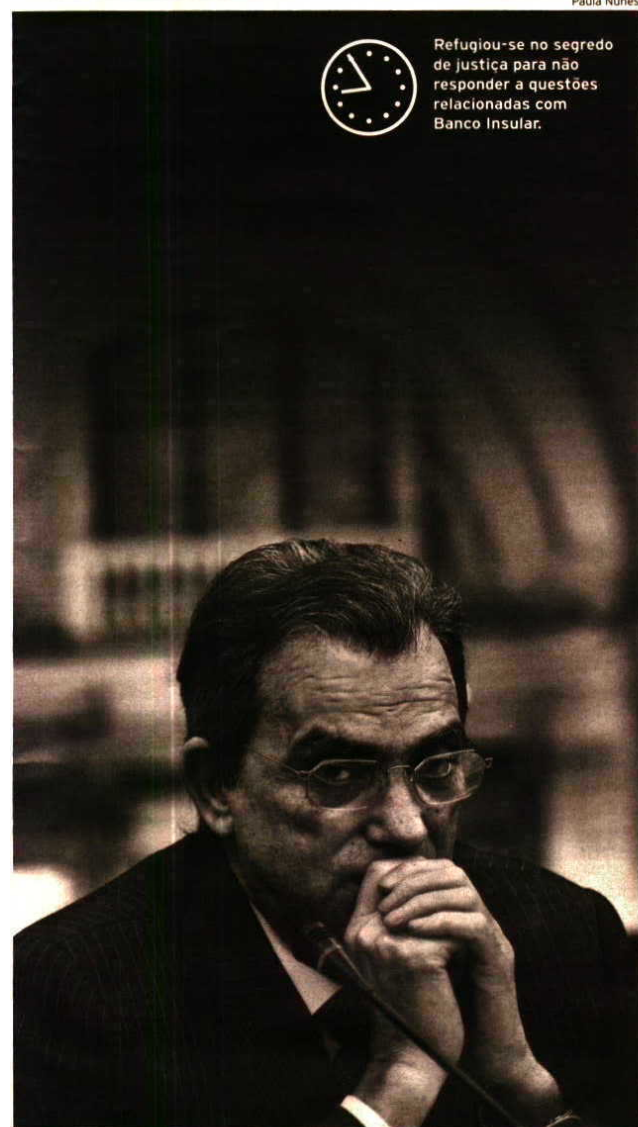


"A verdade da mentira" de Gonçalo Amaral é um dos 60 livros que Oliveira Costa leu durante os 186 dias de detenção. O tempo permitiu-lhe aprender a apreciar música.



Refugiou-se no segredo de justiça para não responder a questões relacionadas com Banco Insular.

Paula Nunes





Primeira Linha

ONDAS DE CHOQUE NO CASO BPN

MP vai ouvir Loureiro, Caprichoso e Coimbra “a qualquer momento”

Dias Loureiro deverá ser chamado pelo Ministério Público (MP) a qualquer momento, no âmbito da investigação sobre o seu envolvimento no caso BPN, confirmou ao **Negócios** fonte judicial. Joaquim Coimbra e Aprígio dos Santos, acionistas da referência da detentora do banco, assim como o ex-vice-governador do Banco de Portugal António Marta vão ser igualmente ouvidos.

A audição de Dias Loureiro só não ocorreu antes devido à imunidade de que beneficiava enquanto conselheiro de Estado do Presidente da República. Cargo que deixou ontem de ocupar, com a apresentação do pedido de demissão.

Desconhece-se em que condição será chamado ao MP o ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), que detinha o BPN até à nacionalização do banco. Uma vez ultrapassada a questão da imunidade, nada obsta a que seja constituído como arguido.

O facto de Dias Loureiro ser chamado a depor será um factor de aceleração de toda a investigação neste processo, que se arrasta desde o Verão do ano passado, sublinhou a mesma fonte.

O **Negócios** confirmou ainda que Luís Caprichoso, antigo administrador do BPN, e Joaquim Coimbra e Aprígio dos Santos, acionistas de referência da SLN (o último é também presidente da Naval), assim como António Marta, antigo vice-governador do Banco de Portugal também vão ser ouvidos no âmbito deste caso. É ainda muito provável que sejam chamados a depor outros ex-gestores do grupo. Ricardo Pinheiro, antigo director de operações do BPN também já terá sido visitado pela Polícia Judiciária no Algarve

Para já, o único arguido detido no processo é Oliveira Costa, o antigo presidente do BPN, que na terça-feira foi ao Parlamento e deixou no ar várias acusações contra Dias Loureiro [ver pág. 10 e 11].

Ontem, o jornal “Correio da Manhã” anunciava que o juiz de instrução criminal teria já enviado para a Presidência da República um pedido de levantamento da imunidade de Dias Loureiro, algo que foi entretanto desmentido pela Presidência e pela própria

Já devia tê-lo feito há mais tempo, estava a pôr o Presidente da República numa situação desagradável.

JOSÉ MIGUEL JÚDICE

Advogado próximo do PSD

Procuradoria-Geral da República.

Até ao fecho desta edição não foi possível contactar Dias Loureiro. Na terça-feira à noite e, mais uma vez ontem, revelou que pediu para ser ouvido pelo Ministério Público. O pedido foi dirigido por carta (ver última página).

PSD suspira de alívio

Todos os partidos congratularam-se com a saída de Loureiro, que foi, no entanto, acolhida com particular satisfação por várias figuras ligadas ao PSD, que se mostraram aliviados com a decisão do ex-dirigente do partido.

O líder parlamentar, Paulo Rangel, manifestou respeito por uma “atitude digna”, que só peca por tardia. “Do meu ponto de vista, ter-se-ia ganho em que esta decisão tivesse sido tomada mais cedo, o próprio teria ganho com isso”, disse ainda o cabeça de lista às europeias. “Acho muito bem que ele tenha tido essa atitude”, referiu Rui Rio, vice-presidente do partido, que nos últimos meses fez um exercício de demarcação deste caso para evitar danos colaterais, sobretudo num ano eleitoral, com três eleições à porta.

José Miguel Júdeice, advogado próximo do PSD, considerou também a decisão sensata, mas tardia. “Já devia tê-lo feito há mais tempo, estava a pôr o Presidente numa situação desagradável”, disse ao **Negócios**, notando que as palavras do conselheiro de Estado, João Lobo Antunes, dando a entender que a sua permanência punha em causa a dignidade do cargo, terão sido determinantes para a decisão. Outras pessoas próximas de Dias Loureiro optaram por não comentar a demissão.

O ‘ABC’ DO CONSELHO DE ESTADO

1 O QUE É E QUEM O COMPÕE?

O Conselho de Estado é o órgão político de consulta do Presidente da República, sendo constituído pelo presidente da Assembleia da República, pelo primeiro-ministro, pelo presidente do Tribunal Constitucional, pelo provedor de Justiça, pelos presidentes dos governos regionais, por antigos presidentes da República e por um conjunto de dez cidadãos, cinco designados pelo Presidente da República e cinco eleitos pela Assembleia da República.

2 QUEM SÃO OS MEMBROS?

Cavaco Silva (Presidente da República), Jaime Gama (presidente da Assembleia da República), José Sócrates (primeiro-ministro), Rui Moura Ramos (presidente do Tribunal Constitucional), Henrique Nascimento Rodrigues (Provedor de Justiça), Carlos César (presidente do Governo Regional dos Açores), Alberto João Jardim (presidente do Governo Regional da Madeira), António Ramalho Eanes, Mário Soares e Jorge Sampaio (ex-Presidentes da República), Marcelo Rebelo de Sousa, Leonor Beleza, João Lobo Antunes, e Anacoreta Correia (designados pelo Presidente da República), António de Almeida Santos, António Capucho, Manuel Alegre, Jorge Coelho e Pinto Balsemão (eleitos pela Assembleia da República). Dias Loureiro também tinha sido apontado por Cavaco.

3 PODEM SER DEMITIDOS?

Os conselheiros de Estado só podem cessar funções por decisão própria, morte ou incapacidade permanente, ou por deliberação do órgão, ainda que sejam levados a julgamento em processo crime, de acordo com o Estatuto dos Membros do CE.

A RODA DAS LIGAÇÕES POLÍTICAS EM REDOR DO CASO BPN



DIAS LOUREIRO

Ministro da Administração Interna até 1995, é tido como um dos principais conselheiros políticos de Cavaco Silva. Entrou na SLN em 2001, depois de ter vendido a Plêiade ao grupo liderado por Oliveira Costa.



DANIEL SANCHES

Foi ministro da Administração Interna de Santana Lopes e um dos protagonistas do caso Siresp ao assinar a atribuição da gestão deste sistema ao consórcio SLN, Motorola e PT. Chegou à SLN pelas mãos de Dias Loureiro.



O Ministério Público vai ouvir Dias Loureiro e um grupo de accionistas e gestores do BPN. António Marta, ex-vice-governador do Banco de Portugal será igualmente chamado pelas autoridades judiciais. O conselheiro de Estado apresentou ontem a sua demissão do cargo. Conheça a sua história. Saiba os pormenores da presença de Oliveira Costa no Parlamento. E as cinco questões que ainda estão por esclarecer.

ANTÓNIO LARGUESA, CELSO FILIPE E FILOMENA LANÇA

No BPN de Oliveira Costa cruzaram-se colegas dos governos de Cavaco Silva que, segundo foi noticiado, chegou a ter contas no banco do seu antigo secretário de Estado. Entre os accionistas do banco, foi Joaquim Coimbra, militante social-democrata, que, esta terça-feira, o antigo banqueiro escolheu para acusar. Foi também um simpatizante do PSD e ministro de Oliveira Costa num executivo do actual Presidente da República, Miguel Cadilhe, que os accionistas do grupo escolheram para dar a volta ao BPN.



CAVACO SILVA

Em 1985 constituiu Governo. No elenco estavam nomes como José Oliveira Costa e Miguel Cadilhe. No seu segundo mandato surge Dias Loureiro, como ministro dos Assuntos Parlamentares e Administração Interna.



OLIVEIRA COSTA

Surge ligado ao PSD desde 1985, como vogal da comissão política nacional do partido. Cavaco entrega-lhe pouco depois a secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais. Fica cinco anos no Governo. Depois da política, assume a liderança do BPN.



MIGUEL CADILHE

Teve Oliveira Costa na sua equipa ministerial. Foi o homem escolhido pelos accionistas para liderar a SLN, numa altura em que as investigações ao BPN estavam já em curso. Acusou Oliveira Costa, alguns accionistas, supervisores e políticos pelo colapso do banco.



JOAQUIM COIMBRA

Accionista de referência da SLN, integrou várias comissões políticas do PSD, partido de que é militante desde os anos 70. Oliveira Costa acusa-o, agora, de ter interesse em ver o banco desmantelado.

Caso contribuiu para a má imagem dos políticos

Politólogos lamentam que o caso “canibalize” debate das europeias, dividem-se sobre eventual impacto na votação do PSD em ano eleitoral

ANTÓNIO LARGUESA
alarguesa@negocios.pt

Mais do que prejudicar o PSD num ano eleitoral, o envolvimento de diferentes figuras do universo social-democrata na investigação de eventuais irregularidades no caso BPN pode contribuir para um afastamento ainda maior do eleitorado em relação aos agentes políticos.

Esta é uma preocupação comum aos politólogos contactados pelo **Negócios**, em especial quando falta pouco mais de uma semana para umas eleições – as europeias, a 7 de Junho – que arriscam ficar para a história como as menos participadas de sempre. “Um caso que já canibalizou o debate das europeias e vai continuar a canibalizar. Quanto aos efeitos em termos de custos eleitorais, são imprevisíveis”, resumiu o politólogo Manuel Meirinho.

António Costa Pinto, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, concorda que o caso “pode contribuir para uma já má apreciação dos portugueses à classe política e ao mundo dos negócios”. Mas não acredita nas mesmas consequências negativas nos resultados eleitorais do PSD – “demarcou-se no passado, por isso não terá impacto” – e na popularidade de Cavaco Silva. “Aí, o impacto que tinha que ter, no fundamental, já passou”, reportando-se ao momento da detenção de Oliveira Costa, antigo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais num governo liderado por Cavaco Silva.

“Este caso é um dos – muito poucos – erros deste mandato presidencial. O Presidente decidiu confiar, e fez mal. Mais uma vez, a amizade que os une é irrelevante

em termos institucionais e há muito que o devia ter aconselhado a demitir-se”, contrapõe João Cardoso Rosas. Reconhecendo que é um caso que afecta sobretudo a democracia, o politólogo acredita, porém, que este caso degrada a imagem do partido laranja.

“O cidadão comum pensa hoje que estas pessoas ligadas ao PSD andaram durante anos a explorar as suas ligações políticas e os cargos que tiveram no governo para obter fortuna e poder na sociedade”. Uma impressão, acrescenta ainda o professor de Teoria Política da Univ. Minho, que “reforça a ideia de que os agentes políticos portugueses não são pessoas de bem e só actuam politicamente em função de interesses privados”.

Depois do caso Freeport beliscar a credibilidade do PS, desta feita é o maior partido da oposição que é novamente obrigado a gerir “com pinças” um caso que ganha expressão política, por haver ligações a figuras que passaram por lugares de destaque na estrutura social-democrata, como é o caso também de Dias Loureiro. “PS e PSD são irmãos-inimigos, para o bem e para o mal. O bloco central de interesses, ao criar estas plataformas entre o ‘negocismo’ e a ‘polítiqueirice’, dá uma péssima imagem da classe política”, culpabiliza o politólogo José Adelino Maltez, aconselhando mesmo os partidos do arco governativo a pedir perdão. “A única solução não é do populismo falsamente moral, mas a do arrependimento dos principais partidos, que deveriam promover um novo contrato social voltado para um adequado código deontológico onde pedissem perdão ao povo pelas degenerescências a que deram guarida”.



ID: 25281186

28-05-2009

Ondas de choque no caso BPN

Miguel Baltazar



Dias Loureiro | Em Outubro de 2006, na sua casa no Monte Estoril, pousou para uma entrevista ao Negócios conduzida por Anabela Mota Ribeiro.

Retrato de um homem que gosta muito de si próprio

Dias Loureiro tem um ego monumental e fama de campeão na análise política

CELSO FILIPE cfilipe@negocios.pt*
MARIA JOÃO BABO mbabo@negocios.pt

“Acha que é a última Coca-Cola no deserto. Gosta de se fazer importante e diz que jogou golfe com Bill Clinton, quando esteve apenas duas vezes no mesmo campo que ele. Mas transformou isso num encontro internacional.” Este desabafo de um ex-corrreligionário do PSD diz muito sobre Manuel Dias Loureiro, que por estes dias se encontra sob os holofotes, pelas piores razões.

A sua demissão do cargo de conselheiro de Estado alivia Cavaco Silva, mas não lhe diminui a pressão. O caso BPN era uma bomba-relógio e estoirou-lhe agora nas mãos, com acusações que lhe foram feitas no Parlamento por Oliveira Costa. Longe, muito longe mesmo, vão os tempos em que refulava desentendimentos com o então líder da SLN (Sociedade Lusã de Negócios) e BPN (Banco

Português de Negócios). “Não tenho zanga nenhuma com Oliveira Costa. É um homem extremamente inteligente e dinâmico. É o presidente deste grupo, sou amigo dele há mais de 20 anos, nem me lembro de ter visto escrito alguma coisa sobre uma alegada zanga entre nós. E não há, de facto.” Palavra de Dias Loureiro, em entrevista ao **Negócios**, em Abril de 2004.

Ou muita diplomacia. Um ex-quadro do BPN diz que Oliveira Costa se desentendeu com Dias Loureiro quando percebeu que este queria ocupar o seu lugar. “Falava com os jornais sem dizer nada a Oliveira Costa, e é verdade que queria assumir a liderança da SLN. Havia muita crispação.” As reuniões do conselho de administração acentuavam as diferenças de estilo. Oliveira Costa era discreto e tratava Dias Loureiro por “doutor”. Este espalhava charme entre os participantes e terminava as suas

intervenções com uma pergunta: “O que achas, José?”.

Esta tendência para tratar as pessoas por tu é outro dos seus traços de carácter. “Fala no Pedro (Santana Lopes), no Zé Manel (Duração Barroso) e esteve na sombra de todos eles. Influenciou-os. É uma espécie de ‘consigliere’”, diz quem privou com ele. Em contrapartida, os amigos tratam-no por “Manel Joaquim”.

“Manel Joaquim” nasceu em Linhares da Beira em 1951, filho de pais comerciantes, e licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Dias Loureiro vive hoje numa casa no Monte do Estoril, que comprou a uma ex-mulher de Jorge de Mello, em 2006, por 2,5 milhões de euros, descreveu a revista “Sábado” a 4 de Dezembro de 2008. Vive dos rendimentos, pratica golfe na Penha Longa (Álvaro Barreto é um dos seus parceiros) mas é um “mau jogador”. Diz quem sabe. “Mandou fazer um taco de

golfe no Japão e tem a mania que é o melhor taco do mundo.” “É encantador, culto e charmoso, mas tem um ego monumental”, comenta outra fonte contactada pelo **Negócios**. Já Cavaco Silva “tem admiração intelectual e acha que ele pensa bem estratégia política”.

Uma fama merecida. Quando Cavaco Silva concorreu às legislativas, em 1987, foi o único conselheiro a defender que ele devia pedir a maioria absoluta. O então líder do PSD seguiu o conselho, fazendo esse apelo durante um comício no Pontal, Algarve, onde os social-democratas faziam a sua rentree política. Cavaco obteve essa maioria e Dias Loureiro tornou-se ministro da Administração Interna. “Foi aí que ele ganhou o estatuto de grande campeão da análise política, e é uma pessoa que Cavaco Silva gosta de ouvir. Um verdadeiro conselheiro”, esclarece um analista político. ***COM AL**

O NEGÓCIO

O 13 DE MAIO QUE FOI ESPECIAL PARA DIAS LOUREIRO

A data tem um significado especial para os católicos portugueses, mas, no caso em apreço, terá sido certamente uma coincidência. A 13 de Maio de 1998, o então Presidente da República, Jorge Sampaio, iniciava uma visita oficial a Marrocos. Nesse mesmo dia noticiava-se que a Pléiade havia ganho um contrato para a construção e concessão, por 30 anos, da exploração da rede de água, saneamento e energia eléctrica de Rabat, capital do país. Qualquer coisa como dois mil milhões de euros. O protagonista do negócio é Dias Loureiro, que consegue o contrato para a Pléiade, muito por fruto do seu contacto com Dris Basri, o todo-poderoso ministro do Interior marroquino, que havia conhecido enquanto ministro da Administração Interna. Depois, a SLN compra a Pléiade e Dias Loureiro entra no grupo. O resto já se sabe.